

Projeto Parques e Fauna:
Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico Costeira de Zimbros

Instituição Financiadora:



Diagnóstico Socioeconômico

Execução:



Participação:



EQUIPE TÉCNICA

Coordenação

Ana Lúcia Campos Brizola
Cientista Social e Mestre em Psicologia Social/UFSC

Pesquisadores

Angelo Renato Biléssimo
Historiador e Mestre em História Econômica de Santa Catarina/UFSC

Consultoria

Maria José Reis
Historiadora, Doutora em Ciências Sociais/Unicamp

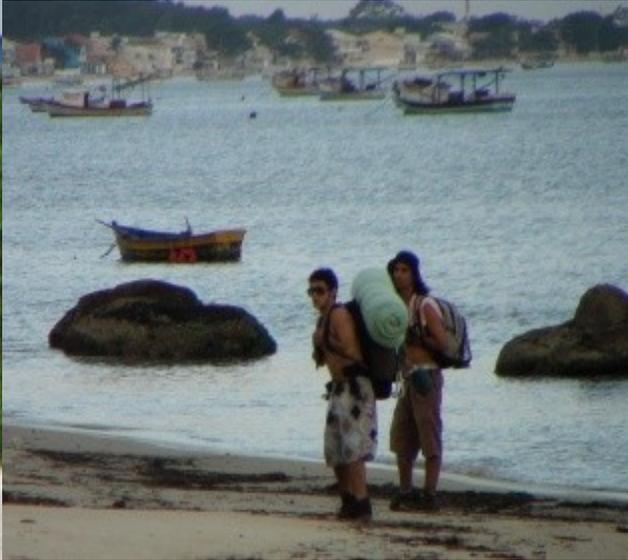
Estagiários

Drielly Rosa Nau
Geógrafa/UFSC

Paulo Zanin
Geógrafo/UFSC

Execução

Laboratório de Etnologia das Migrações (LEM)
Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral - MARquE
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	8
LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS PRIMÁRIOS.....	8
LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS SECUNDÁRIOS.....	10
BOMBINHAS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	10
CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS.....	10
A CHEGADA DOS PRIMEIROS EUROPEUS.....	11
OCUPAÇÃO MILITAR E INÍCIO DA COLONIZAÇÃO.....	12
O DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E MERCANTIL (1820-1880).....	15
DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E ATIVIDADE MANUFATUREIRA (1880-1930).....	16
A ASCENSÃO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA (1930-1980).....	18
URBANIZAÇÃO, TURISMO, ATIVIDADES ARTESANAIS E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (1980-2010).....	19
<i>A pesca artesanal.....</i>	<i>23</i>
ASPECTOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS E SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO.....	25
TERRITÓRIO E POPULAÇÃO.....	25
INFRAESTRUTURA BÁSICA.....	29
<i>Água e Saneamento.....</i>	<i>30</i>
<i>Energia elétrica.....</i>	<i>31</i>
<i>Meios de Comunicação e Transporte.....</i>	<i>32</i>
ASPECTOS SOCIAIS.....	35
<i>Saúde.....</i>	<i>35</i>
<i>Educação.....</i>	<i>35</i>
<i>Segurança.....</i>	<i>37</i>
<i>Renda domiciliar.....</i>	<i>37</i>
<i>Desenvolvimento Humano.....</i>	<i>38</i>
<i>Programas sociais.....</i>	<i>39</i>
ECONOMIA.....	40
<i>Emprego.....</i>	<i>43</i>
<i>Turismo.....</i>	<i>46</i>
<i>Lazer e Entretenimento.....</i>	<i>46</i>
ZIMBROS.....	49
<i>Perfil dos entrevistados ou composição da amostra na pesquisa domiciliar.....</i>	<i>53</i>
<i>O bairro, a cidade e a ARIE na perspectiva dos entrevistados.....</i>	<i>59</i>
<i>Discussão dos resultados da pesquisa realizada junto à comunidade.....</i>	<i>62</i>
<i>Expectativas de empresários do ramo turístico no bairro de Zimbros.....</i>	<i>63</i>
<i>Expectativas de proprietários de áreas no interior da ARIE Costeira de Zimbros.....</i>	<i>64</i>
RECOMENDAÇÕES AO PLANO DE MANEJO.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	68
ANEXOS.....	71

Índice de Quadros, Figuras e Tabelas

Quadro 1 - Infraestrutura de serviços comunitários nas comunidades pesqueiras.....	24
Quadro 2 - Infraestrutura cadastrada de apoio à produção pesqueira artesanal.....	24
Quadro 3 - Destino da produção pesqueira artesanal.....	25
Figura 1 - Mapa da Associação dos municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI.....	26
Tabela 1 - Evolução da População total – 2000/2010.....	26
Tabela 2 - Taxa de crescimento médio da população – 2000-2009.....	26
Tabela 3 - Densidade demográfica – 2010.....	27
Tabela 4 - População total e representação política – 2010.....	27
Tabela 5 - Distribuição da população por situação do domicílio – 2000/2010.....	27
Tabela 6 - Número de domicílios por tipo e uso - 2010.....	27
Tabela 7 - Domicílios por condição de ocupação - 2010.....	28
Tabela 8- População residente por naturalidade - 2010.....	28
Tabela 9- População residente por faixas etárias – 2010.....	28
Tabela 10- População residente por sexo – 1996/2010.....	29
Tabela 11- População residente por cor ou raça - 2010.....	29
Tabela 12 - Distribuição da população por bairros - 2010.....	29
Tabela 13- Abastecimento de água.....	30
Tabela 14- Alcance do abastecimento de água 1991/2010.....	30
Tabela 15- Saneamento Básico - 2000/2010.....	30
Tabela 16- Destino do lixo residencial - 2010.....	30
Tabela 17- Unidades consumidoras 2004 a 2008.....	31
Tabela 18- Consumo total 2004 a 2008.....	31
Tabela 19- Média de consumo anual per capita – 2004 a 2008.....	31
Tabela 20- Média de consumo anual per capita na região - 2010.....	32
Tabela 21- Demanda de energia elétrica por tipo de consumidor - 2008.....	32
Tabela 22 -Distância dos principais portos de Santa Catarina.....	33
Tabela 23 - Distância dos principais aeroportos de Santa Catarina.....	33
Tabela 24- Distância das capitais da região sul.....	33
Tabela 25- Frota de veículos - 2001/2011.....	34
Tabela 26 - Tempo médio diário de deslocamento até o trabalho – 2010.....	34
Tabela 27- Esperança de vida e Mortalidade infantil - 1991/2000.....	35
Tabela 28- Matrículas por rede de ensino 2003/2010.....	35
Tabela 29- Matrículas por modalidade de ensino 2007-2010.....	36
Tabela 30- Docentes por modalidade de ensino 2007/2009.....	36
Tabela 31- Estabelecimentos por modalidade de ensino.....	36
Tabela 32- População residente em idade escolar e Taxa de escolarização.....	36
Tabela 33- Renda nominal mensal domiciliar 2010.....	37
Tabela 34 - Horas semanais trabalhadas entre a população empregada 2010.....	37
Tabela 35 - População economicamente ativa 2010.....	37
Tabela 36 - IDH - Índice de desenvolvimento humano 1991/2000.....	38

Tabela 37 - Índice de desenvolvimento dos municípios - FIRJAN – 2000/2009.....	38
Tabela 38 - Posição de Bombinhas no ranking de municípios - FIRJAN – 2000/2009.....	39
Tabela 39 – Famílias cadastradas no CadÚnico e Beneficiários do Bolsa-Família – 2011.....	39
Tabela 40 - Índice de Desenvolvimento Familiar de Bombinhas – 2010.....	40
Tabela 41 - Balança Comercial – 2004/2009.....	40
Tabela 42 - Balança Comercial – 2010.....	40
Tabela 43 - Valor Fiscal – 2003/2007.....	41
Tabela 44 - PIB (R\$ 1.000.000) – 2002/2008.....	41
Tabela 45 - PIB per Capita – 2000/2008.....	41
Tabela 46 - PIB por setor – 2008.....	41
Tabela 47 - Receita orçamentária per capita – 2003/2007.....	42
Tabela 48 - Movimentações Financeiras – 2010.....	42
Tabela 49 - Produção Pecuária – 2010.....	42
Tabela 50 - Produção de Moluscos – 2009-2010.....	43
Tabela 51 - Produção pesca artesanal 2011.....	43
Tabela 52 - Empresas formais por porte - 2008.....	43
Tabela 53 - Empregos formais por porte da empresa - 2008.....	44
Tabela 54 - Empresas formais por setor - 2008.....	44
Tabela 55 - Empregos formais por setor - 2008.....	44
Tabela 56 - Empregos formais por atividade – 2010.....	44
Tabela 57 - Concentração de empregos nos setores de comércio, serviços e administração pública.....	45
Tabela 58 - Setores tradicionais, Emergentes e com tendência de Expansão – 2010.....	45
Tabela 58 - Movimento estimado de turistas.....	47
Tabela 59 - Receita estimada em dólar (US\$ 1.000).....	47
Tabela 60 - Gasto médio diário estimado por turista (US\$) - 2004/2008.....	47
Tabela 61 - Taxa de ocupação hoteleira.....	48
Tabela 62- Principais mercados emissores – Nacionais – 2004/2008.....	48
Tabela 63 - Principais mercados emissores - Estrangeiros -2004/2008.....	48
Praia Vermelha - 618 metros de extensão.....	51
Tabela 63 - Situação na família.....	53
Tabela 64 - Faixas etárias.....	53
Tabela 65 -Tempo de residência em anos.....	54
Tabela 66- Sexo.....	54
Tabela 67 - Naturalidade.....	54
Tabela 68 - Religião.....	55
Tabela 69 - Grau de instrução.....	55
Tabela 70 – Está trabalhando atualmente?.....	55
Tabela 71 – Profissão.....	56
Tabela 72 - Situação de trabalho.....	56
Tabela 73 - Profissão do chefe da família.....	56
Tabela 74 - Participa de alguma Associação.....	57
Tabela 75 - Meio de comunicação preferido.....	57
Tabela 76 - Tipo de residência.....	57
Tabela 77 - Número de pessoas na residência.....	57
Tabela 78 – Renda.....	58

Tabela 79 - Tem conhecimento da implantação da ARIE?.....	59
Tabela 80 - Sabe dizer onde fica localizada a ARIE?.....	59
Tabela 85 - Preocupações com o meio ambiente.....	59
Tabela 86 - O que ouviram falar sobre a Costeira de Zimbros.....	60
Tabela 87 - Melhor opção para uso da área.....	60
Tabela 88 - Pior opção para uso da ARIE.....	61
Tabela 89 - Quem deve fiscalizar/ cuidar da ARIE.....	61
Tabela 90 - Já ouviu falar em Plano de Manejo.....	61
Tabela 91 - Sabe o que é Plano de Manejo?.....	61
Tabela 92 - Como imagina Bombinhas daqui a 10 anos.....	62

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta um diagnóstico socioeconômico voltado à elaboração do Plano de Manejo para a ARIE Costeira de Zimbros, em Bombinhas/SC.

O diagnóstico, norteado pelo Termo de Referência, buscou levantar informações sobre o município e analisar os seguintes aspectos:

- Caracterização da População do entorno da UC
- Infra-estrutura (Rede de Ensino, Serviço de Saúde, Saneamento Básico, Energia Elétrica, Segurança Pública, Meios de Comunicação, Transporte)
- Economia (Setor Primário, Setor Secundário, Setor Terciário)
- Atividades Econômicas desenvolvidas na área da UC
- Uso e Ocupação do Solo na área da UC (Atividades ou Situações Conflitantes, Atrativos Turísticos, Atrativos Naturais, Atrativos Histórico-culturais e Entretenimentos).

São descritos, inicialmente, aspectos metodológicos do estudo e a contextualização histórica que embasa a análise. A seguir, são apresentados os resultados de levantamento de dados secundários que abordam aspectos político-administrativos, demográficos, de infraestrutura, sociais, econômicos e de uso e ocupação do solo do município.

A ARIE da Costeira de Zimbros foi criada através do Decreto Municipal Nº 418/2001 e está localizado na porção mais ao sul do Município. Tem como finalidade conservar e proteger a região dos Morros e Costões de Zimbros.

O bairro de Zimbros, no entorno da ARIE e principal via de acesso à mesma, foi objeto de particular atenção. O quarto capítulo traz os resultados de pesquisa junto aos moradores do bairro, que teve por objetivo caracterizar aquela população e levantar suas opiniões e expectativas em relação à implantação da UC.

Finalmente, a partir do conjunto das informações levantadas, são feitas Recomendações ao Plano de Manejo e algumas Considerações finais, visando o desenvolvimento do cenário socioeconômico de forma que conflitos identificados possam ser minimizados e os recursos naturais e bens culturais presentes na Área possam ser conservados.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo consistiu no levantamento e análise de dados primários e secundários, conforme descritos a seguir.

Levantamento e análise de dados primários

O reconhecimento da ARIE e região de abrangência foi iniciado em maio de 2011, quando a equipe buscou identificar in loco os limites da área e características da ocupação de seu entorno. A partir de então, foram realizadas visitas aos bairros do município com o objetivo de identificar suas características e entrar em contato com moradores, explorando o conhecimento sobre a implantação da ARIE Costeira de Zimbros.

A fim de conhecer as expectativas dos proprietários de áreas no interior da UC, foi realizada uma reunião setorial no mês de junho. Na oportunidade, foram registradas as principais ameaças e oportunidades apresentadas pelo grupo em relação à implantação da ARIE.

No mês de junho foi realizada a 1ª. Oficina de Integração da ARIE Costeira de Zimbros, que contou com a presença de moradores do município, proprietários de áreas no interior da UC e representantes da sociedade civil organizada, oportunizando o contato e observação dos atores presentes. Os registros feitos na oportunidade compuseram o Relatório da atividade.

A partir de então, foram realizadas visitas para entrevistas e levantamento de dados junto à FAMAB e às Secretarias Municipais de Planejamento, Fazenda, Saúde, Serviço Social, Pesca e Aquicultura e de Turismo, além da Fundação de Meio Ambiente e de Cultura.

Entrevistas individuais, face a face e orientadas por um roteiro guia foram realizadas junto à Casa do Turista, ao CONDEMA, à Colônia de Pescadores, Associação dos Pescadores, Associação dos Maricultores de Zimbros e EPAGRI.

O conjunto de informações levantadas subsidiaram o desenho de um instrumento para coleta de dados junto à população moradora do bairro de Zimbros. O mesmo foi submetido à análise da equipe de coordenação do Projeto, visando aprimorar o instrumento através da identificação de questões relevantes para a elaboração de um Plano de Manejo para a UC. Como resultado desse processo, foi construído um questionário contendo 20 questões, entre abertas e fechadas (Anexo I), além de instrumento para posicionamento de consumo, o CCEB - Critério de Classificação Econômica Brasil, a ser respondido pelos entrevistados.

O CCEB utiliza o levantamento de características domiciliares como a presença e quantidade de alguns itens de conforto e grau escolaridade do chefe de família para estabelecer uma segmentação econômica da população. O critério atribui pontos em função de cada característica domiciliar e é feita, então, uma correspondência entre faixas de pontuação e estratos de classificação econômica (Anexo II). “O CCEB tem por função estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de ‘classes sociais’. A divisão de mercado definida é de **classes econômicas**” (ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2011).

O questionário, em seu conjunto, visou o estabelecimento de um perfil dos moradores da localidade, suas opiniões acerca do município e do bairro, a identificação de seu nível de conhecimento acerca da implantação da ARIE e de suas expectativas em relação ao futuro da UC, do bairro e da cidade.

Com este instrumento, 200 entrevistas domiciliares foram realizadas no Bairro de Zimbros, sendo uma entrevista por residência, com moradores permanentes, chefes de família (preferencialmente) ou parentes diretos, maiores de 18 anos e que tivessem pelo menos 1 ano de residência no bairro.

As entrevistas foram realizadas no mês de fevereiro. Todas as casas ocupadas foram visitadas, resultando em 200 entrevistas.

Os dados foram analisados utilizando o programa SPSS - Statistical Package for the Social Science e os principais resultados são apresentados no capítulo sobre o Bairro de Zimbros.

Também durante o mês de fevereiro, foi realizado um grupo focal, composto por empresários do setor turístico, para levantamento de informações acerca do turismo e questões ambientais no bairro. A partir de um roteiro guia, foram levantadas as temáticas pertinentes e explorada a perspectiva do grupo sobre elas. As informações pertinentes foram registradas e revisadas pelo grupo.

A reunião foi conduzida usando técnicas de grupo focal: a discussão foi encaminhada a partir de um roteiro semi-aberto e as opiniões levantadas foram registradas e dispostas em um quadro para a visualização dos participantes. Dessa forma, foram levantados pontos fortes/oportunidades e pontos fracos/ameaças relacionados à implantação da UC e, ainda, expectativas em relação ao seu futuro.

Levantamento e análise de dados secundários

Os dados sobre o município foram levantados junto a diversas fontes, sendo selecionadas as mais fidedignas, completas e atuais. O resultado da seleção passou a subsidiar a caracterização socioeconômica do município de Bombinhas.

No entanto, finalizada essa primeira análise, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, passou a publicar os resultados do *Censo 2010*, dentro de um cronograma de divulgações parciais que se estende até 2012. Assim, procuramos atualizar os dados levantados anteriormente ao longo da pesquisa. Tais atualizações foram contempladas, sempre que possível, em quadros ou tabelas. Porém, dada a diversidade de fontes e variáveis utilizadas, que nem sempre eram compatíveis, esses dados são apresentados também em considerações envolvidas na análise das temáticas.

A fim de complementar lacunas nas informações sobre o município, foram consultadas instituições locais como Secretarias Municipais, a EPAGRI e Colônia de Pescadores.

Foi levantada a produção acadêmica - teses, dissertações e relatórios de pesquisas, que pudesse trazer subsídios a este estudo, utilizando como critérios a relação com a microrregião, com as atividades de pesca e turismo e unidades de conservação. Uma exploração inicial, via internet, buscou também notícias veiculadas sobre o município à época do levantamento, visando identificar possíveis informações complementares de relevância. As referências para acesso a todos os documentos foram relacionadas no documento *Matriz de dados secundários - Diagnóstico socioeconômico (Anexo III)*, sendo que as efetivamente utilizadas na análise, compõem as Referências deste relatório.

BOMBINHAS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A região do litoral de Santa Catarina ocupou, desde o início da expansão europeia nas Américas, importante papel no cenário do litoral meridional da América do Sul. De ponto de parada para expedições no início do século XVI, suporte estratégico à atuação militar portuguesa na região no final do século XVIII e centro produtor de bens para o mercado interno e externo até o papel proeminente no cenário turístico internacional em finais do século XX e início do XXI, passou por variados usos, recebendo diversas populações. Crescendo a partir de pequenos pontos de povoamento espalhados pelo seu recortado litoral, manteve intrincadas linhas de comércio e comunicação.

É a partir destes referenciais que analisamos processos e dinâmicas relativas à região do atual município de Bombinhas, buscando auxiliar em uma melhor compreensão sobre sua formação e seu desenvolvimento. Interessa-nos, neste estudo, a região da atual Bombinhas, povoação no entorno da antiga Enseada das Garoupas. De todo modo, esta foi durante muito tempo uma povoação pequena e periférica, e temos hoje documentação restrita sobre ela. Além disso, possuía divisões administrativas diferentes e por vezes não tão bem delimitadas. Durante grande parte do tempo percorrido por este estudo, Bombinhas está inserida no município de Porto Belo e não parece haver indícios de grandes variações no modo de vida das comunidades englobadas pela região, de modo que as considerações deste estudo, via de regra, se referem às localidades ao sul de São Francisco até Tijucas, buscando investigar de forma mais aprofundada possível processos e dinâmicas das populações que ali habitaram.

Considerações historiográficas

Cabe-nos destacar que o estudo historiográfico mais aprofundado de aspectos sociais e econômicos brasileiros tem como ponto de grande importância as primeiras obras do historiador paulista Caio Prado Jr., ainda na década de 1930, embora sua obra principal, “A Formação do Brasil Contemporâneo”, tenha sido editada apenas no ano de 1942. Prado Jr. foi um dos responsáveis pelo rompimento da

historiografia, de modo especial a brasileira, com a chamada Teoria dos Ciclos, que defendia que as flutuações e continuidades da economia e sociedade brasileira deviam-se ao surgimento e declínio de certos produtos na pauta das exportações da colônia. Ao romper com esta tradição, Caio Prado Junior estava buscando um processo que ligasse todo o desenvolvimento do país. Mais do que isso, procurava um padrão que permeasse toda a História do Brasil. Para o autor, “Todo povo tem na sua evolução, vista a distância, um Sentido (...) uma linha mestra ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa sempre em uma determinada orientação” (PRADO JR., 1977, p. 19). Ele acaba por encontrar na exportação para os países da Europa esse 'Sentido' que procurava: “É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem de interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e economia brasileiras” (PRADO JR., 1977, p. 31-32).

Assim surge o tão consagrado 'Sentido da Colonização', que seria utilizado, por uma grande parcela dos historiadores, até os dias de hoje, para discutir variadas questões do Brasil. A empresa portuguesa de colonização teria, segundo essa visão, criado um tipo de estrutura que tinha como base a transferência permanente de seu excedente para a metrópole, o que só pode dar origem a uma economia exportadora agrária. No Brasil essa transferência estaria, por sua vez, assentada em três pilares que marcariam a vida social e econômica brasileira até o final do século XIX e definiria os rumos da evolução da sociedade brasileira: o trabalho escravo, a monocultura e a grande propriedade.

Apenas na geração seguinte à de Caio Prado Jr. a discussão sobre as características da economia colonial apresentaria modificações mais acentuadas. Veríamos, nos anos de 1960 e 1970, o surgimento de duas grandes correntes no que se refere ao assunto, ainda que ambas estejam, em seu núcleo, ligadas às teorias de Prado Jr. Por um lado, temos a interpretação de autores como Celso Furtado e Fernando Novaes, com a chamada 'escola do sentido da colonização'. Opondo-se a esta visão, e um pouco mais distante de 'A Formação do Brasil Contemporâneo' e seu autor, temos nomes como Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, que transferiam o debate para a construção de um 'modo de produção escravista colonial'.

Essas interpretações têm, em comum, a característica de orientar a narrativa historiográfica na direção dos grandes processos históricos, conferindo um sentido específico ao caminhar da sociedade. Buscaremos, neste estudo, nos afastar de questões mais totalizantes para focar as características locais e, assim, construir interpretações que nos permitam melhor compreender as dinâmicas e processos que se desenvolveram na região. Ou seja, construir um conhecimento sobre o modo como essas pessoas se organizaram no decorrer dos tempos até o presente, a partir do contexto em que se encontravam.

Entendemos, sob essa interpretação, que a região de Bombinhas tem características próprias, além de um papel nos diversos processos históricos que se desenrolaram na região. É nessa perspectiva que buscamos instrumentos para responder a questões presentes e auxiliar no desenvolvimento de políticas para as comunidades em questão.

A chegada dos primeiros europeus

Os primeiros contatos de europeus com o litoral de Santa Catarina se deram em expedições que almejavam explorar o litoral sul da América e tinham, em sua maioria, como destino final o Rio da Prata. Como a região que é hoje o litoral do estado era um dos melhores pontos de parada entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata, não eram raras as expedições que efetuavam desembarques na região antes de seguir viagem.

A presença de europeus não corresponde, assim, necessariamente, à ocupação efetiva do território. Muitas vezes pontos da região serviam de apoio a expedições de longo curso, como locais de aguada e abastecimento das embarcações. É possível supor que nos primeiros dois séculos da presença europeia tenham se desenvolvido modelos de contato e comércio que incluíam populações de variadas origens, inclusive indígenas, não apenas nas enseadas da região como por todo o litoral. A presença de naufragos e marinheiros desgarrados pode ter sido a tônica nos primeiros contatos.

Descrita como de vasta oferta de boa água e alimentos, além de propiciar madeiras de qualidade para reparos e adequações nas embarcações, também era descrita comumente como habitadas por populações de boa relação com os navegadores, em especial ibéricos, tanto em relação a suas populações nativas quanto aos pequenos núcleos de novos habitantes que começavam a se formar ali.

O panorama de pacatos vilarejos pontilhando o litoral da região, basicamente dedicados à subsistência e longe dos auspícios do Império Português – que, ao menos formalmente, dominava aquelas paisagens – só veio a ser alterado com a decisão de Lisboa de fortificar sua presença na região, como maneira de fortalecer suas posições no cenário do Atlântico meridional.

Ocupação militar e início da colonização

Em 1737 é criada a Capitania de Santa Catarina, com sede na Ilha de Santa Catarina, o que elevava sua categoria e significava uma maior aproximação com Lisboa. A instalação de fortalezas na região e o aumento populacional que esta iniciativa trouxe modificam algumas características da região. Inicia-se o desenvolvimento de um sistema econômico mais complexo, tendo como ponto central o Porto de Desterro. O Porto ligava as várias regiões da capitania com o mercado externo, seja através da exportação de excedentes ou da importação de produtos manufaturados, além de servir de centro do comércio realizado dentro da região.

Algumas características do território que viria a formar o município de Bombinhas aumentam a dificuldade de definir-se com mais detalhe arranjos comerciais e sociais da região, e de maneira especial na atual Zimbros. Ainda que a futura Porto Belo esteja a menos distância por terra, o importante porto de Tijucas pode ser alcançado por embarcações sem a necessidade de abandonar-se as águas calmas da enseada. Populações interessadas em contato com centros maiores poderiam optar, dependendo de suas necessidades, entre as duas povoações. Aliado a pouca disponibilidade de fontes para a região que permitam separar as atividades de Zimbros, no período, de outros pontos da península, não foi possível mensurar a importância de cada ponto.

As várias povoações do litoral também se desenvolveram na esteira da capital. Em um documento de 1750, a freguesia de São Miguel, que incluía então a Enseada das Garoupas, é descrita como tendo pouco mais de 1.000 habitantes, embora o documento não deixe claro se dentro deste número se conta a população cativa.

Tanto pela relativa escassez de fontes quanto pela interligação dos processos na região, a investigação de aspectos da então Enseada das Garoupas e da região que viria a ser o município de Bombinhas requer uma compreensão de aspectos da expansão colonial europeia e do desenvolvimento econômico, social e político da região que viria a ser o Brasil. Em seus primeiros anos é de especial interesse as disputas do Império Português com seus rivais europeus, em especial seu vizinho ibérico. Também se revela importante compreender algumas dinâmicas do Brasil colonial e de sua relação com os outros espaços sob o domínio português, em especial a importância da população cativa e das redes de contato estabelecidas entre os cidadãos.

A sociedade do período se organizava de forma amplamente hierarquizada, com relações de poder que limitavam a ascensão social e estabeleciam papéis sociais bem definidos, prescrevendo condutas e ações que deveriam ser seguidas pelos indivíduos durante toda a vida, além de implicações que se seguiam até depois da morte. Este cenário, no entanto, apesar de pouco flexível abrigava em seu interior espaço para resistências e estratégias que o tornavam mais complexo. A ascensão social, neste sentido, mesmo incomum, podia ser verificada. Muito era negociado entre as várias camadas da população, ainda que a violência, aberta ou velada, estivesse regularmente permeando as interações entre os grupos. A escravidão e o ‘comércio de almas’ era não o único, mas o mais perceptível sinal da dominância da violência nas relações sociais.

Embora a concentração de cativos fosse maior nas áreas das grandes unidades exportadoras, como o açúcar baiano ou o café paulista, ela também existia, como importante parcela da população, nas áreas

de abastecimento, inclusive onde a mão de obra familiar era largamente utilizada. Em Santa Catarina, por exemplo, a concentração de cativos na população mantém-se significativa até o final do século XIX.

A utilização da mão de obra escrava, no entanto, não era a única forma de trabalho naquela sociedade. A predominância da mão de obra familiar, ainda que coadunada com os trabalhadores cativos, tem profundos reflexos na organização econômica. Para Fragoso,

À semelhança do que ocorria no Rio Grande, em Santa Catarina também vamos encontrar uma agricultura de alimentos (principalmente voltada para a farinha de mandioca) assentada no trabalho familiar com recurso ou não do trabalho escravo. O caráter camponês destas agriculturas, tanto no Rio Grande como em Santa Catarina, é atestado pelos problemas gerados no desempenho agrícola, quando da época dos alistamentos militares, fenômeno frequente em se tratando do sul, de uma área de fronteira e de constantes conflitos militares. Fundado no trabalho familiar, o recrutamento implicava desvio da mão de obra da produção agrícola. (FRAGOSO, 1998, p. 143)

Embora a produção ocorresse em unidades bastante fechadas e autossuficientes, baseadas em relações de trabalho não capitalistas, o escoamento da produção e as questões sociais e políticas exigiam a formação de redes de contato entre as propriedades. Os proprietários, celebrizados na figura do senhor de engenho, tinham muito poder dentro de sua propriedade, mas necessitavam de articulação para relacionar-se em outras esferas.

Todo o território formava, assim, uma intrincada rede de negócios, com relações entre as diversas regiões. As áreas produtoras de charque no Rio Grande do Sul, por exemplo, que iriam alimentar os grandes contingentes cativos envolvidos na produção do açúcar pernambucano, também alimentavam seus trabalhadores com a farinha de mandioca catarinense, ou mesmo a produzida no sul da Bahia, assim como muita da produção de Minas Gerais ia aos portos do sudeste através do lombo de mulas compradas de São Paulo. Era através dessas articulações que as populações de Porto Belo se relacionavam, direta ou indiretamente, com pessoas de outras paragens. Muitas vezes temos a visão de comunidades, nos séculos XVIII e XIX, como populações isoladas. Essa interpretação não encontra eco na realidade, pois mercadorias, pessoas e ideias circulavam por redes que abarcavam todo o país.

Temos assim, nos tempos coloniais, estruturas não capitalistas como base para a economia. E elas não se limitam às relações escravistas. O peão da estância gaúcha, assim como o agregado da região sudeste e o que muitos autores chamam de trabalho camponês catarinense – a unidade de produção baseada na força de trabalho dos membros da família – são exemplos desta variação nas relações de produção no Brasil. Todas elas, no entanto, respondem à lógica da manutenção das relações hierarquizadas que permeia a sociedade e a economia do Brasil. São essas estruturas, entre outros fatores, na verdade, que, através da manutenção de um variado mercado interno de abastecimento, ajudam a manter as relações com o mercado externo, como a exportação de açúcar e café e o comércio de escravos.

As populações da região da atual Bombinhas estavam, assim, sujeitas às dinâmicas sociais e políticas brasileiras. Acima de todos estava o rei, sendo da corte de Lisboa que emanavam ordens e políticas que definiam os caminhos do vasto império português. Muitas das atitudes do governo português tinham como objetivo, declarado ou sub-reptício, afastar as pretensões da Coroa Espanhola sobre as terras da América Meridional. A disputa, além do plano militar e político, também acontecia no nível econômico, com acusações mútuas de contrabando e a implantação de normas mercantilistas e protecionistas. É nesse cenário de disputas que o desenvolvimento da presença portuguesa em Santa Catarina toma vulto. Conforme descreve o Conselho Ultramarino, a região era de grande importância, pois

...nela há abundância de excelentes madeiras, muita abundância de peixes e outros frutos da terra... Fortificando-se a ilha será logo brevemente povoada... por haver comunidade para se fazer grandes fazendas com gado, e engenhos de farinha e açúcar... povoando-se esta Ilha e o Rio São Pedro, se fecha de todo pela costa o continente que pertence à Coroa de Portugal...

*Finalmente, crescerão as rendas de Sua Majestade com estas povoações porque haverá mais frutos na área e estabelecer-se-ão contratos.*¹

Tomava assim forma o projeto de ocupar de maneira efetiva o sul da então colônia, de vital importância pela proximidade com as possessões espanholas. Essa ocupação associava o desenvolvimento econômico e populacional – que garantiria rendas à Coroa e auxiliaria nas possibilidades de ganhos com a região – com a manutenção e desenvolvimento do poderio militar, cuja presença era necessária tanto no caso de uma guerra aberta quanto como meio de limitar as opções espanholas, através da projeção de poder. Uma presença mais maciça, em especial com populações mais significativas numericamente, também reforçava as pretensões de Portugal à posse da área, ainda disputada entre as duas nações.

A partir de meados do século XVIII se instalam numerosas povoações ao longo do litoral catarinense, passando a constituir uma rede de contatos com as ocupações mais antigas, notadamente São Francisco, Laguna e Desterro. Embora alguns pontos de povoamento se destaquem, a população estava, de modo geral, espalhada por todo o litoral, servindo os lugarejos de centros econômicos e sociais para estas populações. As redes de contato e comércio eram bastante intrincadas, com os pequenos portos da península mantendo contato, principalmente, com as vilas de Porto Belo e Tijucas.

Assim, desde o início, o litoral de Santa Catarina teve seu desenvolvimento atrelado a questões políticas, administrativas e militares, mais do que econômicas.

O êxito da Ilha de Santa Catarina e de parte da província no mercado de produção de gêneros alimentícios esteve condicionado à herança colonial. A Ilha e a costa catarinense foram povoados em função das necessidades estratégicas da coroa portuguesa e não em função de objetivos econômicos, como por exemplo as regiões de Minas Gerais e São Paulo. As necessidades militares e administrativas sobrepujaram inicialmente os interesses de ordem econômica. (HUBENER, 1981, p. 15)

O contato destas populações com outros centros era, na maior parte das vezes, efetuado por vias marítimas. Ainda que a base econômica da região fosse a lavoura, isso não afastava o povo das fainas do mar.

Ainda que por vezes se busque – e nesse aspecto Santa Catarina destaca-se no panorama nacional – uma identidade homogênea para a população, não podemos esquecer que mesmo as pequenas póvoas da época. Uma sociedade dinâmica e vibrante, ainda que permanentemente sufocada por estruturas políticas e sociais profundamente injustas, da qual a marca da escravidão é nódoa permanente. Conforme Cardoso, neste panorama desenvolvia-se uma “*vida absenteísta e aristocratizante, mas igualmente articulada a certa pluralidade cultural, negociada, na qual o governante era um rei em um lugar de muitos reinos e, os pobres de cristo, em seus cortiços, constituíam elos menores na cadeia dos seres*” (CARDOSO, 2008. p. 34.)

Nesse cenário, tanto as atividades marítimas como a confecção dos instrumentos necessários eram importante parte do trabalho diário. Com mão de obra muitas vezes familiar, extraía-se do gravatá

uma fibra rija e flexível com a qual fazia corda para diversos usos, empregando-as no trabalho das embarcações, redes de pescarias, tecido, velame e sacaria. Da casca de outro arbusto (estopa-pão), confeccionava estopas que serviam para calafetar as embarcações (RIBEIRO, 1796, p. 149).

A extração de madeiras das matas da região, além de importante atividade comercial, garantia o material para a confecção de embarcações pelos artesãos locais. Outra atividade de grande importância, a fiação a partir do algodão, era reservada às mulheres, assim como a confecção de peças, a partir dos tecidos produzidos, tanto para uso das famílias – como roupas e produtos para a casa, como toalhas e colchas – quanto para utilização nas atividades da comunidade, como cordas e redes de pesca.

¹ CONSELHO ULTRAMARINO. Descrição da Ilha de Santa Catarina. Brasil, Avulsos, Maço 523. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. N. 1, V. I. Florianópolis: Typ. Da Escola dos Artífices, 1902. p. 43-45.

É importante destacar que, ao contrário do que muitas vezes se tem afirmado, as atividades de produção não se limitavam ao consumo local, de subsistência, mas significavam a produção de um excedente que, ainda que não de grande vulto, permitia à região se inserir nas redes de comércio e produção que ligavam todo o território.

Era, então, através dos comerciantes e negociantes que o mercado interno catarinense se nutria. Entrelaçando os vários atores, essas redes ligavam o produtor da Enseada das Garoupas ao consumidor final de seu produto. E essas redes não se limitavam a Santa Catarina. A produção local era enviada para outras províncias e para o exterior, do mesmo modo que produtos de outras paragens chegavam à Enseada. Neste sentido, apesar do escasso e difícil acesso por terra, a comunidade não era tão isolada como pode parecer a princípio. Nos porões das embarcações, além de produtos para o consumo vinham também novas ideias, maneiras de agir e obras culturais. A comunidade, a partir desses contatos, reelabora sua maneira de agir, modificando-a de acordo com suas necessidades e desejos. O comércio permitia que os habitantes adquirissem equipamentos e produtos que não eram produzidos localmente, como algumas ferramentas e produtos de luxo, que se tornavam indispensáveis para a vida daquela sociedade.

O desenvolvimento comercial e mercantil (1820-1880)

As relações comerciais no litoral de Santa Catarina até o século XIX se davam, basicamente em três esferas. No Atlântico, a colônia relacionava-se em especial com Portugal, que procurava não descuidar de seus privilégios de metrópole, e com a África, de onde chegava a mão de obra cativa que iria impulsionar os engenhos e as minas do Brasil. Era neste plano que se concentravam os grandes comerciantes, e onde eram, via de regra, construídas as grandes fortunas do país. O comércio dos grandes navios durante muito tempo foi pensado como o comércio *per se* do século XIX.

Um segundo nível, o comércio inter-regional, realizava os contatos comerciais entre as capitânicas, posteriormente províncias. Era o comércio das grandes tropas de bovinos que iam abastecer as regiões mineradoras – embora outros meios de transporte, inclusive marítimos, também fossem utilizados – e no qual Santa Catarina levava sua farinha às charqueadas do sul e aos grandes centros do país, em especial o Rio de Janeiro.

Perpassando todas as regiões da colônia, estava o comércio miúdo, intra-regional, feito por carroças e pequenas embarcações, e que muitas vezes podia não envolver trocas monetárias. Era aqui o lugar dos atravessadores, que compravam do pequeno produtor e revendiam nos centros urbanos, ficando com o lucro gerado no processo.

Nesse período a Enseada das Garoupas incluía-se como fornecedor de produtos agrícolas, fruto das roças que se espalhavam em seu território, e subprodutos da pesca da baleia, além de madeiras e outros produtos da região. Dados do final do século XIX² colocam a “Parochia do Senhor Bom Jesus do Afflictos de Porto Bello” como um produtor agrícola, com grande parte da população dedicada às atividades da lavoura e atividades domésticas, com atividade industrial quase inexistente. Na vizinha “São Sebastião da Foz das Tijucas Grandes” a situação é semelhante, embora apresente uma população cerca de um terço maior e já alguma presença, embora ainda incipiente, das chamadas “profissões manuaes ou mecânicas”, que indicam o início de processos de industrialização.

O mesmo documento indica que a pesca, como atividade comercial, também não tinha expressão, embora seja possível presumir que ela estava presente como complemento à subsistência ou atividade recreativa da população.

² Recenseamento de 1872. BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório da Diretoria Geral de Estatística, dirigido ao Ministro dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, por Jose Maria do Couto, diretor geral interino, em abril de 1873 [sobre 1872]**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873.

A mão de obra cativa tinha forte presença na região, que mantinha entre 10% a 15% de sua população escravizada no final do século XIX. Podemos supor que a posse de cativos, assim como nas demais regiões da província, incluía-se em modos de produção que também contavam com a mão de obra familiar e a proveniente de outras formas não capitalistas de trabalho. Não nos é possível definir com precisão a importância da mão de obra remunerada neste cenário, mas a presença de poucos jornaleiros³ entre a população nos indica a pouca utilização desta modalidade de trabalho.

A Enseada das Garoupas tinha que lidar com as ordens emanadas de Desterro, do Rio de Janeiro e, durante o período colonial, de Lisboa. Os pequenos agricultores da região, por exemplo, recebiam interferências estatais que chegavam às escolhas sobre o que plantar e em qual quantidade, com punições a serem aplicadas em caso de descumprimento. Ao mesmo tempo que a distância dos centros de poder lhes dava alguma autonomia, pela dificuldade de se fazer cumprir as ordens dadas, sua pouca influência os deixava a mercê de arbítrios, tendo que seguir aquilo que as instâncias de poder definiam como necessário. Convém lembrar, no entanto, que estamos tratando de uma sociedade muito influenciada pelo prestígio e pelas relações dos envolvidos, onde uma proximidade com alguém influente podia representar um alívio nas exigências ou uma certeza de pagamentos que de outra forma podiam levar anos para serem efetuados.

Esse sistema, em que a competição estava sobrepujada pelos interesses de pessoas em posição de mando e a busca por prestígio superava o interesse no lucro, gerou uma classe senhorial, de grandes proprietários, no mais das vezes senhores de escravos, que tinha grande parte do poder político e ocupava o topo da estratificação social da região. O grande sucesso, neste cenário, não era a obtenção do lucro, de grandes fortunas – embora seja claro que elas eram necessárias e desejáveis – mas o acúmulo de prestígio e o alcance de uma destacada posição social. Percebe-se que muitas vezes atividades que renderiam mais lucro eram preteridas, buscando-se atividades que significavam uma maior possibilidade de distinção social. Embora os grandes negócios estivessem no comércio, muitas vezes optava-se por atividades agrícolas, consideradas mais dignas e que rendiam maior prestígio.

Diversificação produtiva e atividade manufatureira (1880-1930)

Aparentemente, o processo de desenvolvimento de alternativas produtivas espalhava-se pelo litoral catarinense. Em descrições de viajantes e cronistas que estiveram na região em meados do oitocentos, transparece uma economia pujante e diversificada. Apesar de não constituir uma grande área produtiva nos moldes do nordeste brasileiro ou de Minas Gerais, havia profícuas relações comerciais e mercantis que permeavam todo o espaço, inclusive com um número significativo de bem sucedidos proprietários rurais, embora normalmente explorando lotes menores de terra, se comparado com outras regiões do país.

Ainda que passasse por tal processo de diversificação das modalidades e produtos produzidos, a farinha de mandioca ainda era o principal produto da pauta catarinense. Através das análises de documentos do ministério da fazenda do Império, depreende-se que o único produto catarinense a ter um importante protagonismo no cenário nacional, durante todo o século XIX, é a farinha.

A região era assim um cenário eminentemente agrícola, com forte proximidade com o espaço do mar. Mantinha profundas ligações com Desterro, que era ponto irradiador do poder político e econômico, e exercia um papel de intermediação entre as diversas regiões do litoral e outros pontos do império e do exterior.

Embora nos refiramos aqui em especial à Enseada das Garoupas e à região que é hoje o município de Bombinhas, é lícito supor que tais características também se apliquem a outros pontos do litoral catarinense.

³ Jornaleiro era um termo utilizado para designar trabalhadores, livres ou cativos, que alugavam sua força de trabalho à proprietários, normalmente recebendo pagamento por dia (jornada) trabalhado.

A cidade de Desterro exercia um papel, no período, semelhante ao de uma metrópole a colonizar o litoral catarinense. Era ali que se desenvolvia a pequena indústria manufatureira nascente e eram tomadas as decisões que iam repercutir por toda a província. Esse cenário só viria a se modificar a partir do final do século XIX, à medida em que outros centros se desenvolviam, com destaque para a região norte, impulsionada pelas dinâmicas das novas ondas de imigração, em especial a alemã, que recebiam forte incentivo do estado.

Era, assim, de grande importância a figura do atravessador, pequenos capitais que compravam produtos produzidos nas comunidades e negociavam com as casas comerciais de Desterro, lucrando com o *spread* da operação. Esses personagens eram centrais na vida econômica da região, pois representavam um dos principais pontos de entrada de capitais nas localidades. De todo modo, essas pessoas são pouco percebidas na historiografia, também porque deixavam poucos registros. Torna-se, assim, difícil descrever com maiores detalhes sua atuação, embora seja possível supor que eram pessoas com relacionamentos tanto entre as comunidades de lavradores das regiões produtoras como entre os negociantes de grosso trato de Desterro, fortemente sujeitos às flutuações do mercado, em razão do caráter fragmentado de seu comércio.

As relações entre estes atravessadores e os produtores locais eram, por vezes, conflituosas. Com o desenvolvimento da atividade, passam a exercer influência entre os produtores da região, através de decisões de compra e venda. Nas propriedades de Porto Belo, após a partilha entre os possíveis colabores e a retirada do necessário à manutenção da família, o excedente era negociado, normalmente, através deles. Naquele cenário de poucas alternativas de escoamento eficiente da produção e de oportunidades restritas, em uma sociedade pré-capitalista, os atravessadores tinham grande poder de barganha, ao contrário dos produtores sem acesso a tais redes de contatos.

Além da possibilidade de venda para fora da comunidade, através dos negociantes ali instalados, também parece ser de grande importância o comércio realizado dentro daquela sociedade, entre os habitantes da localidade. Não nos foi possível localizar estruturas mais profissionais de comércio, como um grande mercado que reunisse a produção local, embora tal não signifique a falta de comércio. As negociações entre vizinhos garantiam a diversidade de produtos e, muitas vezes, ocorriam sem intermediação, através da troca de produtos e serviços.

Eram esses produtores, não só de Porto Belo como também de outros pontos do litoral e do interior da Ilha de Santa Catarina, que abasteciam o mercado de Desterro, desempenhando importante papel no cenário econômico da província. As ligações não aconteciam, no entanto, apenas entre as povoações e as capitais, mas também entre uma povoação e outra. Pode-se presumir que a região que hoje forma Bombinhas mantinha fortes relações com as comunidades vizinhas, como na região dos atuais municípios de Tijucas e Porto Belo, relações essas que incluíam não apenas contatos comerciais, mas também relações de sociabilidade e parentesco. A produção destas comunidades do litoral de Santa Catarina eram diversificadas: milho, feijão, batata, melancia, lenha e madeiras, leite e derivados, farinha de mandioca e açúcar, além dos diversos pescados.

Essa miríade de pequenos produtores, vivendo do trabalho nas lavouras, propiciava grande dinamismo à economia catarinense, com variedade de produtos e arranjos de produção. Eram esses produtos, fruto do trabalho da população de Porto Belo, assim como de outros pontos do litoral e da ilha de Santa Catarina, que permitiam a existência da indústria nascente de Desterro. Alimentando as populações que não mais realizavam o trabalho na agricultura, tornavam possível uma maior divisão social do trabalho.

À medida que se aproximava o final do século XIX, novas possibilidades se apresentavam. Novos núcleos populacionais, com o desenvolvimento impulsionado pelas novas levas de imigração europeia – em especial alemães e italianos – e pelo forte investimento dos poderes estatais, modificavam o panorama da região. Contatos entre os novos núcleos e os antigos pontos de povoação do litoral foram estabelecidos, e os produtos oriundos das comunidades tradicionais eram negociados com os produzidos nas colônias.

Novamente o papel do atravessador tem destaque, substituindo o destino final de Desterro – que nesse período teria seu nome trocado para Florianópolis – pelas colônias, que tinham interesse nos produtos de Porto Belo, bem como necessidade de exportar sua própria produção. Os negociantes subiam os rios, em especial o Itajaí, com suas embarcações carregadas de produtos, e permaneciam alguns dias nas colônias, negociando no próprio espaço dos barcos, até realizarem a viagem de volta, trazendo produtos coloniais para revender, lucrando nas duas pontas da operação.

A partir do começo do século XX a pesca, que era até então uma atividade restrita, que se incluía entre outras para auxiliar na sobrevivência daquela população, passa, paulatinamente, a se profissionalizar, tornando-se a principal atividade da comunidade. Essa modificação no panorama daquela sociedade vai redundar na aproximação de seus habitantes com o espaço do mar, virando-se as costas às lavouras que representaram, tradicionalmente, o principal meio de sobrevivência das populações.

Pequenos capitais eram investidos em embarcações e apetrechos de pesca. Grande parte do resultado da atividade ficava com o proprietário destes instrumentos, cuja qualidade e disponibilidade eram imprescindíveis para o sucesso em uma atividade que começava a aplicar novos métodos de produção. A posse da terra perde valor, ainda que esta continuasse representando um ativo importante por seu valor de troca. É essa desvalorização da posse da terra, por um lado, e a necessidade de capitalização, por outro, que décadas mais tarde vai culminar na troca de terrenos por baixos valores, propiciando a base para uma expansão imobiliária na região. À essa altura, as comunidades tradicionais já se encontravam totalmente dependentes da pesca para garantir sua sobrevivência.

A ascensão da indústria pesqueira (1930-1980)

A partir da década de 1930, com os eventos que levaram à ascensão de Getúlio Vargas ao poder e as novas correlações de forças nos panoramas político, econômico e social brasileiro, novos arranjos de produção emergem, modificando relações por todo o território nacional. É o período de decadência dos grandes produtores de café do Rio de Janeiro e de São Paulo, e o início de um período de industrialização do qual emergiria o Brasil urbano que dominaria as relações comerciais.

O cenário em Santa Catarina parece se alterar a partir da virada do século XIX e início do XX, na esteira de grandes mudanças como o fim do regime de escravidão, a proclamação da república e o início das atividades industriais na região norte do estado. Profundas transformações políticas e sociais entram em curso, com o declínio das elites de negociantes de Desterro, que até então controlavam o Porto da cidade e tinham ascendência sobre negócios realizados em toda a região. Uma nova elite empresarial e industrial surge e começa a ganhar espaço. É um dos símbolos destas mudanças a perda de importância do Porto de Desterro e a ascendência econômica dos Portos de Itajaí e São Francisco, escoa-douros das nascentes indústrias da região.

A década de 30 marca o início do forte processo de industrialização concentrado no norte do estado, embora em outras regiões o fenômeno também seja perceptível, modificando o panorama social e econômico.

O porto de Itajaí, que já emergira como alternativa ao decadente porto de Desterro/Florianópolis, passa a concentrar importantes negócios da indústria pesqueira. Com a disponibilidade de grandes reservas de peixes de bom valor comercial e disponibilidade de uma mão de obra acostumada às fainas do mar, a região se tornou um atrativo pólo para a nascente indústria da pesca.

As nascentes industriais pesqueiras, tanto instaladas em Itajaí como mais distantes, a exemplo de Santos e Rio Grande, também parecem exercer atração sobre as populações locais. Esse aproveitamento da mão de obra local, no entanto, não parece significar o abandono ou o desmantelamento das atividades artesanais, surgindo muitas vezes como complementação da renda e como atividade temporária.

A partir de dinâmicas locais, como partilhas de terras entre herdeiros e esgotamento do solo, mudanças ocorrem permanentemente na distribuição e utilização das terras na comunidade. A opção pela pesca

como meio de subsistência parece manter também relação com características geográficas da região. Para Lago,

encravadas nos estreitos vales retalhados nas encostas cristalinas e o espaço arável tornava-se exíguo, não só devido à aspereza do solo raso como pelos blocos de massas gnáissicas (mutações) resultantes da ação conjunta da desagregação mecânica e decomposição química das rochas, tão evidentes nas bordas atlânticas catarinenses. (LAGO, 1961, p. 153)

As relações entre as comunidades da região continuam, todavia, a ter importância no panorama econômico e social. As redes de contato direto entre os pescadores da comunidade que permanecem na atividade e as populações do entorno continuam a oferecer importantes oportunidades de negócios. Para Célia Maria e Silva, que estudou os pescadores da região de Ganchos, no atual município de Governador Celso Ramos

havia, ainda, uma possibilidade ao exercerem uma conexão com carroceiros [...] Estes carroceiros adquiriam os produtos oriundos da pesca (geralmente peixe seco) e permutavam num entreposto localizado em Rancho Queimado, com açúcar grosso, carne seca e derivado de leite, proveniente das produções das áreas de colonização alemã. No retorno essa produção recaía, normalmente, nas mãos de pequenos produtores independentes do litoral, que comercializavam em seus territórios de origem, abastecendo a população local. (SILVA, 1992, p. 134)

Outras mudanças também são de grande importância. Nas décadas de 50 e 60 do século XX o estado começa a assumir novas funções, com o objetivo de alavancar o desenvolvimento. Setores como os de transportes, eletricidade e armazenagem passam a receber maiores investimentos. Do mesmo modo, o Brasil passa por processos que aprofundam tanto as condições do comércio interno, entre as suas regiões, a maioria das quais passam por dinâmicas de urbanização e industrialização, quanto a sua inserção no comércio internacional – com a diversificação da pauta de exportações e o incremento das importações, em especial de bens industrializados.

Os investimentos estatais em infraestrutura, processo do qual o grande símbolo é a abertura e pavimentação de rodovias, modificou drasticamente o cenário da produção das pequenas comunidades costeiras. Uma dinamização ocorria e a distância que separava Porto Belo e a atual Bombinhas dos grandes centros diminuía consideravelmente. Ao mesmo tempo em que facilitava a circulação da produção artesanal e industrial de centros como Blumenau, Joinville e Florianópolis, também aproximava as populações destas cidades das pequenas comunidades tradicionais. Esse movimento de aproximação, aliado à maior facilidade no acesso, irá estimular, alguns anos depois, o fenômeno das chamadas “segundas residências”, ou casas de veraneio, e juntos passam a constituir um forte impulso à urbanização e ao turismo na região.

Urbanização, turismo, atividades artesanais e conservação ambiental (1980-2010)

Com o desenvolvimento das técnicas de pesca, que passaram a utilizar equipamentos cada vez mais complexos, se ampliava o fosso entre a pesca industrial e as comunidades tradicionais que praticavam uma pesca artesanal. Embora a necessidade de mão de obra menos especializada, e mais barata, se mantivesse, posições de gerência na pesca industrial passaram a exigir um grau de especialização mais profundo, afastando muitos pescadores.

A pesca artesanal, embora se mantivesse menos dependente da inovação tecnológica, não permanecia, todavia, sem se desenvolver. Com as novas tecnologias, que exigiam um menor número de trabalhadores, mais especializados, parte da força de trabalho da indústria retorna à produção artesanal. Os modos de escoamento da produção no entanto já não são mais os mesmos e novos canais têm de ser desenvolvidos.

Com o aumento do fluxo de pessoas nessas comunidades, devido à facilidade de deslocamento e o aumento de sua importância como destino turístico, passa a ser possível a venda de parte da produção diretamente para o consumidor final, sem intermediários. Neste cenário é que surgem as peixarias nas

praias, profissionalizando o antes incipiente negócio de venda direta. O turismo aos poucos também desenvolve o ramo da gastronomia, responsável por parte do escoamento da produção – tanto pela venda de produtos aos restaurantes quanto pela abertura de restaurantes de propriedade dos próprios pescadores, com mão de obra familiar.

Esse cenário entrelaça turismo e produção artesanal, em uma relação longe de ser tranquila. Produções artesanais tradicionais como a construção naval (embarcações do tipo Baleeiras, botes, traineiras, lanchas e canoas) subsistiram em Bombinhas, assim como a fabricação da farinha, além da produção de redes e outras. A atividade pesqueira também incentiva algum processamento artesanal de produtos da pesca e o desenvolvimento de um artesanato turístico. Essa dinâmica indica, por um lado, uma manutenção do modo de produção artesanal no novo cenário econômico e social, por outro, a impossibilidade de sua continuidade sem as condições de produção.

A partir da década de 1970, a construção de estradas nos municípios e a implantação de sistemas de abastecimento energético e de telefonia contribuíram para o adensamento populacional ocasionado pela presença de turistas e, posteriormente, de novos residentes fixos. Desde então, o turismo de massa, sazonal, passou a influenciar de forma determinante as dinâmicas socioeconômicas locais.

O avanço urbano na região de Bombinhas aconteceu em um curto espaço de tempo, sem que, aparentemente, um planejamento efetivo tenha sido realizado e implementado. Próxima a grandes centros e às principais estruturas viárias e ao mesmo tempo pouco habitada e desenvolvida, lugar de grandes belezas naturais em boa parte ainda conservadas, de forte apelo paisagístico, Bombinhas logo passou a desempenhar importante papel no cenário do turismo do litoral catarinense.

Historicamente, entretanto, nem sempre o mar desempenhou, na perspectiva do lazer, o papel proeminente de que goza atualmente.

*a partir dos anos vinte, quando o banho de mar começou a ser visto como fonte terapêutica para a cura de algumas doenças no Brasil, os espaços de terra próximos ao mar começaram a ser valorizados. O status e o poder em possuir uma residência junto ao oceano para tirar-se privilégio destes banhos influenciou muito na valorização destas localidades, antes vistas como depósitos de lixo ou local de atracação de pescadores*⁴. (HILLESHEIM, 2006, p. 33)

É nessa perspectiva, do incentivo ao lazer e da distinção social que uma casa de veraneio traz, que o fenômeno das “segundas residências” se desenvolve. Embora, em outras áreas do país, esse fenômeno tenha começado em meados da década de 1950, na região de Bombinhas/Porto Belo é a partir das décadas de 1980 e 1990 que ele se intensifica. Oriundos de lugares como Blumenau, Joinville e Itajaí, assim como dos estados vizinhos, visitantes buscam propriedades na região que sirvam como hospedagem em finais de semana e em períodos de férias.

Para Becker:

no Brasil, o aparecimento do fenômeno da segunda residência dá-se na década de 1950 sob a égide do ‘nacional-desenvolvimentismo’ que foi responsável pela implantação da indústria automobilística, pela ascensão do rodoviário como matriz principal dos transportes e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos que, aos poucos, começariam a incorporar entre os seus valores sócio-culturais a ideologia do turismo e do lazer. [...] O veraneio ou o descanso dos fins de semana se transformaram em valor social cuja satisfação levaria o turismo, de um modo muitas vezes predatório e desordenado, a regiões acessíveis a grandes centros urbanos do Centro-Sul, e com atributos ambientais valorizados (zonas costeiras e/ou serranas) (BECKER, 1995, p. 10)

⁴ HILLESHEIM, Christiane. Turismo e paisagem: a influência da atividade turística na paisagem natural do município de Bombinhas (SC) entre 1960 e 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2006.p. 33.

Desde o período colonial que a posse de imóveis é frequentemente referida como ferramenta de distinção social. Para Fragoso e Florentino “*a propriedade de casas, mesmo de uma simples casa térrea, era um sinal exterior e notório de riqueza, permitindo afirmar de modo incontestável certa posição social, além de dar ao proprietário e a sua família alguma segurança em relação ao futuro.*” (FRAGOSO; FLORENTINO, 1998. p. 107). Não é, no entanto, apenas o lazer ou o status que impulsionam o fenômeno, as questões econômicas são de grande relevância. A aquisição de um imóvel pode representar um investimento seguro, de forma isolada ou como oportunidade de negócios, tanto para pequenos investidores como para grandes empreendedores.

Assim, o ramo imobiliário, aliado ao apelo turístico, passou a movimentar o mercado local, envolvendo incorporadoras, construtoras, imobiliárias, corretores e, conseqüentemente, a valorizar as propriedades.

A urbanização e crescimento populacional de Bombinhas, em grande parte caudatários deste processo, impactaram positiva e negativamente o município. Se, por um lado, ocorreu uma melhoria e diversificação dos serviços e incremento nas oportunidades de negócios, por outro lado temos os impactos causados pelo aumento de habitantes e visitantes, dos quais uma dos mais significativos talvez seja a inadequação da rede de saneamento, uma preocupação na maioria das praias da cidade.

Em 1992 o então distrito de Bombinhas é elevado à categoria de município, desmembrando-se de Porto Belo. As justificativas para tal aspiração variam. Para Baretta, “a idéia da emancipação surgiu em meados da década de 80, quando a crescente população do distrito, representada pela Associação dos moradores de Bombas, passou a pressionar a administração municipal de Porto Belo devido à falta de infra-estrutura e assistência básica.” (BARETTA, 2009. p. 18) Outros, como Kohl, são mais críticos ao processo: “Um dos acontecimentos mais significativos da história de Porto Belo dos anos 90 foi a emancipação de Bombinhas. Mais uma vez Porto Belo cedeu terras para a formação de mais um município, esta vez em circunstâncias, pelo menos controvertidas, onde a influência de algumas pessoas ligadas ao ramo imobiliário fizeram valer seu prestígio junto ao governador de Santa Catarina e à Assembléia Legislativa, de forma que a separação se consumou à revelia da lei.” (KOHL, 2008. p. 288).

Seja qual for o viés dado ao movimento, a emancipação de Bombinhas se insere no surto emancipacionista do início da década de 90, quando Santa Catarina o número de municípios passou de 217 em 1989 para 293 em 1995. Apenas nos seis meses entre setembro de 1991 e março de 1992 foram 43 novos municípios em Santa Catarina, entre os quais se encontra Bombinhas, que passa então a ser o menor município do Estado.

Apesar do aumento dos equipamentos urbanos e de infraestrutura, ainda existem fortes preocupações sobre a adequação destas estruturas às novas dimensões da região, sobretudo ao se considerar que a população aumenta significativamente em feriados e finais de semana, e se multiplica durante a temporada de verão – segundo dados da SANTUR, atingiu o pico de 164.030 visitantes apenas nos meses de janeiro e fevereiro de 2006⁵ – efeito da predominância da atividade turística. Essa variação sazonal da população traz desafios ao planejamento dos equipamentos, divididos entre a subutilização dos períodos de baixa temporada e inadequação aos grandes contingentes dos períodos de veraneio e mesmo feriados ou finais de semana.

⁵ SANTUR. **Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Porto Belo: 2004, 2005 e 2006.** Florianópolis: SANTUR, 2006.



Outro importante setor para a economia do Município de Bombinhas, desde a emancipação, é a Maricultura. No Brasil, esta atividade teve início na região sudeste, espalhando-se pelo litoral, principalmente, em Santa Catarina. Atualmente, a atividade é desenvolvida em dez municípios catarinenses, por aproximadamente 1.100 produtores, alçando o estado ao patamar de maior produtor nacional. Nos quatro principais municípios produtores (Penha, Palhoça, Governador Celso Ramos e Bombinhas) foram construídas unidades de beneficiamento, em alguns casos administradas por cooperativas, compostas pelos próprios maricultores.

Em Bombinhas a produção é concentrada no cultivo de mexilhões, que representa uma produção próxima das mil toneladas. A atividade envolve diretamente cerca de 200 pessoas, segundo dados da EPAGRI. Com forte presença na área marítima limítrofe à ARIE, tem representado importante vocação econômica da região de Zimbros, se apresentando como mais uma ligação da comunidade com o mar.



A pesca artesanal, praticada na região desde as ocupações por populações indígenas, passando pela colonização portuguesa, contribui atualmente para a economia do município. Este tipo de pesca é praticada por pequenas embarcações com capacidade de carga de até cinco toneladas brutas de arqueação que capturam peixes e camarões que são vendidos diretamente aos moradores e turistas nas comunidades pesqueiras ou comercializados através de intermediários.

A pesca artesanal e as comunidades que nela assentam são fortemente impactadas por outras frentes econômicas, na medida em que dependem de um conjunto de condições para sua manutenção, sobretudo da conservação de recursos naturais. A expansão urbana e o desenvolvimento do turismo ampliam os dilemas surgidos do confronto da rusticidade do passado com as complexidades do

presente. O comprometimento da qualidade da água é uma ameaça à saúde das comunidades consumidoras e à sobrevivência das atividades artesanais e turísticas.

Atualmente, existem no município três Unidades de Conservação, que embora ainda não estejam integradas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), são amparadas por legislação municipal: Parque Natural Municipal da Galheta, Parque Natural do Morro do Macaco e Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Costeira de Zimbros. Junto a esta última, encontra-se uma comunidade tradicional de pescadores que mantém com a área uma relação histórica.

A pesca artesanal

Segundo Adriane Lobo Costa (2005), Superintendente federal da Pesca e Aquicultura-RS, a pesca artesanal no Brasil representa aproximadamente 55 % do peixe que é consumido internamente, caracterizando o Brasil como um país da pesca artesanal e, no entanto, historicamente muito pouco foi feito em termos de políticas públicas para este setor.

A precariedade das estatísticas é um indício disso, de forma que não é possível expor a realidade da pesca artesanal no Brasil com maior precisão. Assim, o MPA estimava, em 2005, que existam no Brasil em torno de 800 mil pescadores no setor vivendo diretamente da pesca, envolvendo em torno de 2 milhões de pessoas.

Para Santa Catarina a atividade pesqueira artesanal também é economicamente relevante, sendo desenvolvida em 337 localidades e 34 municípios (SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005). Segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, em 2004, existiam cerca de 25 mil pescadores artesanais em exercício no Estado, os quais eram responsáveis por 30% da produção catarinense de pescado. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável apontou, em 2008, a presença de 6,1 mil embarcações na pesca artesanal.

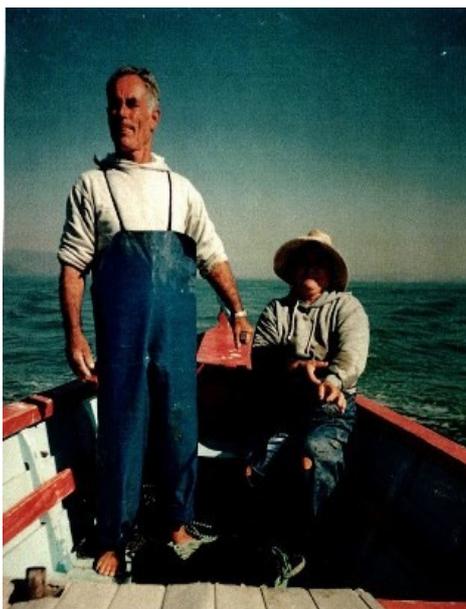
Entretanto, a atividade enfrenta problemas tais como a dificuldade de manutenção das estruturas das colônias de pescadores, a concorrência desleal da pesca industrial, a poluição das regiões costeiras, a escassez de pescado, dentre outros.

Além desses aspectos relativos especificamente à atividade pesqueira artesanal, fatores socioeconômicos em um nível de abrangência maior também trouxeram importantes reflexos para os pescadores artesanais do Estado de Santa Catarina, sobretudo o crescimento urbano desordenado, fenômeno que, além de comprometer o patrimônio natural, no contexto de desenvolvimento de novos ramos da economia e atração de novos contingentes contribui fortemente para a transformação na maioria das antigas comunidades agrícolas-pesqueiras em balneários .

Esses fatores repercutem de maneira diferente em diferentes comunidades, mas tendem a atrair pescadores e familiares a exercer outras atividades, tais como a prestação de serviços urbanos ou ligados ao turismo, ao surgirem oportunidades de complementação da renda familiar, o que pode desestabilizar as relações comunitárias. Além disso, outras oportunidades nem sempre são positivas para as comunidades pesqueiras, como por exemplo, no caso da especulação imobiliária, quando muitas vezes os pescadores vendem seus terrenos na beira da praia por valores irrisórios. (Severo, 2008).

Os pescadores estão organizados em 32 colônias congregadas à Federação dos Pescadores de Santa Catarina e em diversos municípios existem associações de pescadores, como é o caso de Bombinhas.

Atualmente, o Ministério da Pesca conta 788 pescadores com registro ativo em Bombinhas, dos quais 548 pescadores artesanais. De acordo com a Colônia de Pescadores Z-22, esse número pode ser ainda maior, na medida em que outros membros da família, também envolvidos na pesca, nem sempre são registrados. Entre os pescadores de Bombinhas inscritos no Registro Geral da Pesca, 248 são mulheres.



Bombinhas abriga 3 localidades pesqueiras: Bombas, Canto Grande e Zimbros.

Quadro 1 - Infraestrutura de serviços comunitários nas comunidades pesqueiras

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS												
		Agência Lotérica	Banco	Centro comunit.	Correios	Esc. Ens. Fundamental	Esc. Ens. Médio	Energia Elétrica	Água Encanada	Fossa/Vala	Hospital	Igreja	Posto Policial	Posto Telefônico
Bombinhas	Bombas	1	1		1	1				1		1	1	
	Canto Grande			1		1	1	1		1		1	1	
	Zimbros					1	1	1	1	1		1		
Total		1	1	1	1	3	3	2	1	3		3	1	2

Fonte: PROZEE/SEAP/IBAMA. Relatório técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e estuarina nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 2005.

Quadro 2 - Infraestrutura cadastrada de apoio à produção pesqueira artesanal

Municípios	Trapiche	Barracão	Salgadeira	Revenda de petrecho	Fabrica de gelo	Câmara de estocagem	Freezer cadastrados
Bombinhas	1	1	2	3	1	4	820
B. Camboriú	2	2	1	0	4	0	146
Itapema	1	1	0	1	1	0	0
Navegantes	1	0	1	0	4	4	65
Penha	2	0	2	1	0	0	1.650
B. Piçarras	1	0	0	0	3	2	3
Porto Belo	4	2	2	3	0	1	506
SC	43	21	15	35	35	47	13.292

Fonte: PROZEE/SEAP/IBAMA. Relatório técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e estuarina nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 2005.

Nos locais de desembarque da pesca artesanal em Santa Catarina a produção pesqueira é entregue à intermediários ou comercializada diretamente pelos pescadores. Em alguns municípios, as prefeituras construíram estruturas para venda do pescado diretamente ao consumidor (mercados de peixe) pelos próprios produtores, com o suporte de conservação em caixas de isopor com gelo ou de “freezer”.

Os peixes e camarões, em sua maior parte, são comercializados inteiros. No caso do camarão sete-barbas, em algumas comunidades, é efetuado o descascamento do produto, que é embalado e vendido para o consumidor final, peixarias e restaurantes. O quadro abaixo mostra o destino da produção por município segundo os dados do Censo 2000.

Quadro 3 - Destino da produção pesqueira artesanal

Municípios	Peixe (%)			Camarão (%)		
	Fica na comunidade	Sede do município	Outros locais	Fica na comunidade	Sede do município	Outros locais
Bombinhas	17,0	47,0	46,0	17,0	47,0	46,0
B. Camboriú	10,0	40,0	50,0	10,0	40,0	50,0
Itapema	70,0	30,0	0,0	70,0	30,0	0,0
Navegantes	35,0	45,0	20,0	25,0	55,0	20,0
Penha	25,0	2,5	72,5	22,5	2,5	75,0
B. Piçarras	56,7	20,0	23,3	66,7	23,3	10,0
Porto Belo	20,0	10,0	70,0	20,0	10,0	70,0

Fonte: PROZEE/SEAP/IBAMA. Relatório técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e estuarina nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 2005.

ASPECTOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS E SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO

Território e População

Bombinhas se situa no litoral centro-norte do estado de Santa Catarina, na Península de Porto Belo (coordenadas geográfica 27° 09. 25. de latitude Sul e 48° 29. 37. de longitude Oeste). A topografia do município varia de 0 a 568 metros acima do nível do mar, sendo o ponto mais alto o Morro da Santa Luzia, na divisa com o município de Porto Belo.

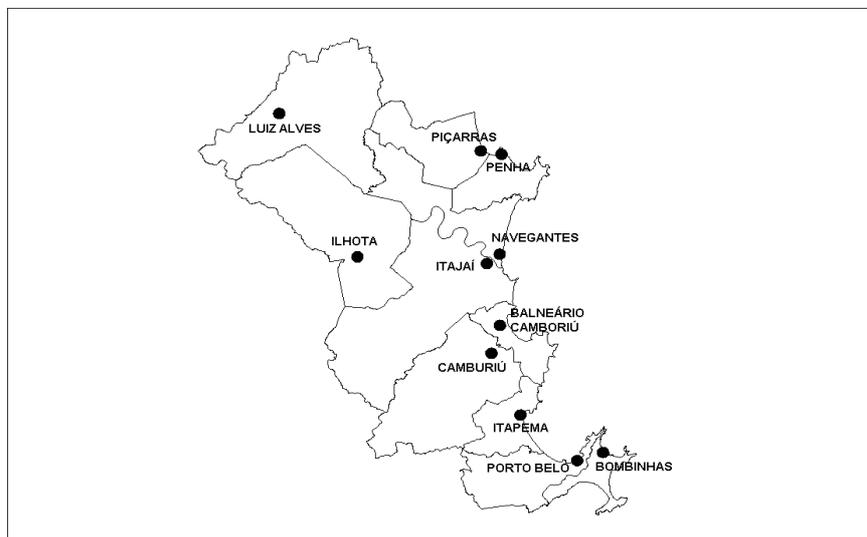
O território de Bombinhas, em diferentes momentos, pertenceu aos municípios de São Francisco do Sul, Tijucas e Porto Belo. Em 1967 foi criado o distrito de Bombinhas, anexado ao município de Porto Belo, permanecendo assim até 1992, quando é desmembrado e elevado à categoria de município (Lei Estadual Nº 8.558, publicada no Diário Oficial do Estado em 1º de abril de 1992).

O município conta com uma área de 33,767 Km², pertencendo à microregião de Itajaí.

Em 2002, o Governo de Santa Catarina instituiu a descentralização político-administrativa ao criar as Secretarias de Desenvolvimento Regional - SDR, cujo objetivo é dar agilidade às particularidades regionais nos seus distintos aspectos. Porém, antes da organização das SDRs, os municípios catarinenses já tinham outras estruturas organizativas, a partir das quais se estabeleciam relações geopolíticas entre os diversos níveis de governo. A AMFRI – Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí é a entidade que representa 11 municípios da região, entre os quais Bombinhas. Tais associações têm como objetivo integrar administrativa, econômica e socialmente os municípios, realizando várias atividades, como assessoramento e planejamento microrregional, defesa de interesses dos associados, elaboração de planos administrativos, etc.

Além de Bombinhas, também fazem parte da AMFRI importantes municípios da região, o que garante representatividade e força política. São eles: Balneário Camboriú, Piçarras, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo. A sede DA Associação está localizada no município de Itajaí.

Figura 1 - Mapa da Associação dos municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI



O município tem como principais atividades econômicas o turismo, a maricultura e a pesca artesanal. De acordo com as características geográficas, culturais, econômicas e ambientais a Bacia Hidrográfica do Rio Tijucas foi dividida em três subregiões: região do Baixo Vale do Rio Tijucas (BVRT), do Médio Vale do Rio Tijucas (MVRT) e a do Alto Vale do Rio Tijucas, estando o município de Bombinhas inserido na região BVRT. Esta região abrange os municípios de Itapema, Porto Belo, Bombinhas, Tijucas, Governador Celso Ramos e Biguaçu, que possuem características urbanas, com fortes oscilações no número de habitantes devido à alta temporada dos meses de verão. Em decorrência disso, observam-se problemas de degradação que estão relacionados com a concentração populacional, com o turismo desordenado e a imigração de famílias de outros estados e países para se estabelecerem na região.

Apresentamos, a seguir, dados sobre a população de Bombinhas na última década e algumas considerações acerca de sua evolução, composição e distribuição no período.

Tabela 1 - Evolução da População total – 2000/2010

	Ano	Santa Catarina	SDR Itajaí	Bombinhas
População total	2000	5.356.360	375.589	8.716
	2010	6.249.682	532.830	14.293
	Variação no período	16.6%	41,87%	63,99%

Fonte: Secretaria de Planejamento de SC. Dados Estatísticos, 2010. IBGE. Censo, 2010. IBGE. Censo, 2000.

Tabela 2 - Taxa de crescimento médio da população – 2000-2009

Taxa de crescimento médio	Brasil	SC	Bombinhas
	1,3%	1,5%	3,2%

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

A população de Bombinhas cresceu 63,9%, desde o Censo de 2000, apresentando uma variação superior à média de crescimento dos municípios da região no mesmo período.

Tabela 3 - Densidade demográfica – 2010

No. de habitantes por Km ² nos municípios da Regional Itajaí	Balneário Camboriú	2.325,4
	Itapema	776,2
	Itajaí	634,0
	Navegantes	543,6
	Penha	427,7
	Bombinhas	415,0
	Camboriú	290,4
	Balneário Piçarras	172,3
	Porto Belo	167,8

Fonte: Secretaria de Planejamento de SC. Dados Estatísticos - SDR Itajaí, 2010.

Bombinhas apresenta uma densidade demográfica mais de seis vezes maior que a de Santa Catarina (65,2 hab/km²), no entanto, segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí, é apenas o sexto em densidade demográfica entre os municípios da região.

Tabela 4 - População total e representação política – 2010

População total e No. de eleitores	População	Eleitorado
	14.293	9.690

Fonte: TRE/SC, Municípios.

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina contabiliza quase dez mil eleitores entre a população, o equivalente a 0,21% do eleitorado estadual.

Tabela 5 - Distribuição da população por situação do domicílio – 2000/2010

População e Grau de Urbanização		SDR Itajaí			Bombinhas		
		Urbana	Rural	G.U.	Urbana	Rural	G.U.
	2000	359.560	16.029	95,73%	8.716	-	100%
	2010	510.915	21.915	95,89%	14.293	-	100%

Fonte: SEBRAE. Secretaria de Planejamento de SC. Dados Estatísticos Regionais - SDR Itajaí, 2010; IBGE. Censo, 2010; IBGE. Censo, 2000.

A ocupação do município de Bombinhas é eminentemente urbana, pode ser observado acima.

Tabela 6 - Número de domicílios por tipo e uso - 2010

Domicílios particulares	13.826	Ocupados	4.627
		não ocupados vagos	3.705
		não ocupados de uso ocasional	5.494
		Total não ocupados	9.199
Domicílios coletivos	351	com morador	95
		sem morador	256

Fonte: IBGE. CNEFE - Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, 2010

Em 2010, o IBGE registrou 14.177 endereços residenciais em Bombinhas, sendo que dois terços deles não eram ocupados. Abaixo, observamos que cerca de 68% dos domicílios de ocupação permanente foram identificados como próprios.

Tabela 7 - Domicílios por condição de ocupação - 2010

Condição de ocupação dos domicílios	Próprio	3144
	Alugado	1056
	Cedido	410
	Outra	6
	Total	4.616

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

A seguir, podemos observar dados sobre a procedência da população não natural do município, indicando a forte migração responsável pelo crescimento populacional identificado.

Tabela 8- População residente por naturalidade - 2010

População residente por naturalidade	População residente - Total	14.293
	Naturais do município	4.830
	Não naturais do município	9.463
	Naturais da Unidade da Federação	8.822
	Não naturais da Unidade da Federação	5.471

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

A distribuição da população por faixa etária revela uma população jovem. Cerca de dois terços dos habitantes encontrava-se com menos de 39 anos em 2010.

Tabela 92- População residente por faixas etárias – 2010

Distribuição da população por faixas etárias	Faixas etárias	No. de pessoas
	0 a 9 anos	2.038
	10 a 19 anos	2.459
	20 a 29 anos	2.555
	30 a 39 anos	2.421
	40 a 49 anos	2.039
	50 a 59 anos	1.473
	60 a 69 anos	822
	70 a 79 anos	363
	+ de 80 anos	123

Fonte: IBGE. Censo 2010.

A distribuição de acordo com o sexo é equilibrada, sendo que o número de mulheres tem permanecido ligeiramente inferior em relação ao de homens. Observamos ainda, na Tabela 11, a distribuição da população residente por cor ou raça, conforme declarado pelos entrevistados.

Tabela 3- População residente por sexo – 1996/2010

Distribuição da população por sexo	Anos	Homens	Mulheres
	1996	3.023	2.854
	2000	4.470	4.246
	2007	6.259	6.076
	2010	7.194	7.099

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números: Bombinhas. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010; IBGE. Censo, 2010.

Tabela 4- População residente por cor ou raça - 2010

Distribuição da população por cor ou raça	Branca	11.616
	Preta	331
	Amarela	83
	Parda	2.231
	Indígena	32
	Total	14.293

Fonte: IBGE. Censo 2010.

Os bairros de Bombas e Zé Amândio, juntos, concentram 47% da população de Bombinhas.

Tabela 52 - Distribuição da população por bairros - 2010

População por bairros	Bombas	4.030
	Zé Amândio	2.684
	Zimbros	2040
	Centro	1.753
	Canto Grande	1.525
	Sertãozinho	1.237
	Mariscal	537
	Morrinhos	438
	Quatro Ilhas	49
	Total	14.293

Fonte: IBGE. Censo 2010.

Infraestrutura básica

O abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário era feito pela CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, que administrava o abastecimento de água e o sistema de esgotamento sanitário de Bombinhas desde o ano de 1994.

Através do decreto nº 1547/2011, o município extinguiu a concessão destes serviços públicos a Casan, sendo que a empresa recorreu da decisão.

O fornecimento de Energia Elétrica é feito pela CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina e a Coleta de Lixo pela empresa PROACTIVA.

Água e Saneamento

Em 2010, 99,7% dos domicílios bombinenses eram abastecidos com água canalizada proveniente da rede geral, poços ou nascentes.

Tabela 6- Abastecimento de água

Unidades residenciais abastecidas		2000	2010
	Rede Geral		1.493
Canalizados poço ou nascente		685	1106
Não canalizados		7	10
Outros		285	5
Total		2.470	4.616

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números, 2010; Censo 2010.

Tabela 7- Alcance do abastecimento de água 1991/2010

População abastecida %		Brasil	SC	SDR Itajaí	Bombinhas
	1991		71,5	90,3	96,3
2000		80,8	96,4	97,9	99,4
2010		84,9	98,4	98,5	99,7

Fonte: Ministério da Saúde. SIAB, 2010; SEBRAE. Santa Catarina em Números, 2010.

Já a rede geral de esgoto ou pluvial atingia uma parcela muito pequena da população, sendo destino de apenas 4,27% dos domicílios, quando no estado a média é de 29%.

Tabela 8- Saneamento Básico - 2000/2010

Número de domicílios atendidos		SC		Bombinhas	
		2000	2010	2000	2010
	Rede de Esgoto ou pluvial	292.268	579.576	11	197
	Fossa Séptica	809.764	947.168	1.644	4.146
	Fossa Rudimentar	267.908	384.013	770	238
	Vala	62.571	44.168	17	8
	Rio, lago ou mar	32.494	24.524	0	2
	Outro escoadouro	10.118	7.887	1	1
	Sem banheiro ou sanitário	23.619	5761	27	24
	Total	1.498.742	1.993.097	2.470	4.616

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números, 2010; Censo 2010.

Tabela 9- Destino do lixo residencial - 2010

Domicílios permanentes	Coletado por serviço de limpeza domicílios	4.086
	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	524
	Queimado (na propriedade)	4
	Enterrado (na propriedade)	0
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	0
	Outro destino	2
	Total	4.616

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Segundo dados do Censo 2010, a quase totalidade (99,87%) dos domicílios de Bombinhas têm seu lixo coletado por serviços de limpeza.

Energia elétrica

De acordo com o IBGE, o número de domicílios que consomem energia elétrica em Bombinhas é de 4.613. Em 4.612 casos, o fornecimento é feito por companhia distribuidora (sendo 4.582 com medidor e 30 sem medidor). Apenas 1 domicílio recebe energia de outra fonte e 3 não recebem energia elétrica.

Tabela 10- Unidades consumidoras 2004 a 2008

		SC	Bombinhas
Número de Unidades consumidoras	2004	1.942.592	10.397
	2005	2.006.287	11.015
	2006	2.070.825	11.375
	2007	2.171.742	12.119
	2008	2.197.866	12.442
	Evolução no período	13,1%	19,67%

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números, 2010.

Nas tabelas abaixo, podemos observar a evolução no consumo de energia elétrica no período de 2004 a 2008, em que Bombinhas apresentou um resultado semelhante ao encontrado para o estado, seja no consumo total ou per capita.

Tabela 11- Consumo total 2004 a 2008

		SC	Bombinhas
Consumo Total (kW/h)	2004	13.756.579.550	28.615.499
	2005	13.649.124.205	30.193.072
	2006	13.069.753.526	32.097.613
	2007	16.697.778.515	35.626.413
	2008	17.324.645.812	36.038.029
	Evolução no período	25,9%	25,9%

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

Tabela 12- Média de consumo anual per capita – 2004 a 2008

		SC	Bombinhas
Média de consumo Anual per capita	2004	7.082	2.752
	2005	6.803	2.741
	2006	6.311	2.821
	2007	7.689	2.939
	2008	7.882	2.896
	Evolução no período	11,3%	12,5%

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

Em relação aos demais municípios da região, Bombinhas apresenta uma média de consumo inferior à maioria, sendo superior apenas à média verificada no município de Penha. Observa-se ainda, que mais de 50% da demanda é residencial, seguida pelo comércio e indústria.

Tabela 13- Média de consumo anual per capita na região - 2010

Média de Consumo por unidade consumidora nos municípios da região	Municípios	Consumo de energia elétrica
	Itajaí	41052
	Camboriú	14277
	Navegantes	14065
	Itapema	11425
	Balneário Camboriú	11234
	Balneário Piçarras	4650
	Porto Belo	4462
	Bombinhas	3844
	Penha	2286

Fonte: Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Atenção Básica - SIAB, 2010

Tabela 14- Demanda de energia elétrica por tipo de consumidor - 2008

Participação relativa no consumo de energia elétrica		SC	Bombinhas
	Residencial	21,9%	52,8%
	Comercial	14,5%	30,9%
	Industrial	47,6%	8,0%
	Iluminação Pública	2,6%	6,1%
	Poderes Públicos	1,8%	1,1%
	Serviço Público	1,5%	1,1%
	Rural	10,1%	0,0%
	Consumo próprio	0,0%	0,0%

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

Meios de Comunicação e Transporte

Bombinhas tem acesso a sinais das principais emissoras de televisão de sinal aberto e da emissora de Rádio MARISCAL FM (98.3), além dos jornais de circulação regional, estadual e nacional. O Jornal Costa da Esmeralda e o Boletim Informativo são produzidos na cidade.

Conta com agência dos Correios e agências bancárias dos Bancos do Brasil, Itaú e o Sicredi e caixas eletrônicos dos bancos: 24 Horas, Banrisul, Bradesco, HSBC. O atendimento da Caixa Econômica Federal é realizado através da Casa Lotérica.

O município conta também com rede de telefonia fixa (DDD 47) e está na área de atuação das principais operadoras de telefonia móvel que mantêm operações em Santa Catarina. Bombinhas possui 24 empresas cadastradas para a prestação de serviços de telefonia, acesso a Internet e serviços de informática, localizadas nos bairros de Bombas, Canto Grande, Centro, José Amândio e Zimbros.

O transporte rodoviário é uma questão crítica para o município, dada a via única de acesso à BR-101, através da SC-412, que passando pelo município de Porto Belo.

A cidade de Bombinhas está localizada próxima a importantes pontos da rede de transporte de Santa Catarina. Num raio de 200 km encontram-se os principais portos (Itajaí e Navegantes – 43 km, São Francisco do Sul – 127 km, Imbituba – 145 km, Laguna – 167 km) e três dos aeroportos mais importantes (Florianópolis – 70 km, Navegantes – 43 km e Joinville – 121 km). Em pouco mais de 500 km encontram-se as três capitais dos estados do sul do Brasil e Chapecó, principal localidade do oeste de Santa Catarina.

O terminal rodoviário mais próximo do centro de Bombinhas é o da cidade de Itapema, distante cerca de 20 km. Os municípios de Bombinhas e Porto Belo não possuem rodoviária, mas sim postos de vendas de passagem e são servidos por algumas linhas regulares de ônibus. O transporte coletivo é feito pela VIAÇÃO PRAIANA.

Os aeroportos mais próximos de Bombinhas são os de Florianópolis e de Navegantes, distantes 80 km e 60 km, respectivamente.

O terminal portuário da cidade de Itajaí está localizado há aproximadamente 50 km de distância de Bombinhas. Além do Porto de Itajaí (www.portoitajai.com.br), aquela cidade também possui um píer turístico, para embarque e desembarque de passageiros de navios de cruzeiro.

O município de Porto Belo também possui um píer turístico que recebe navios de cruzeiro e que está localizado cerca de 10 km do centro de Bombinhas.

Tabela 15 - Distância dos principais portos de Santa Catarina

Distância dos Principais Portos	Porto	Distância (km)
	Porto de Itajaí	43
	Porto de Navegantes	43
	Porto de São Francisco do Sul	127
	Porto de Imbituba	145
	Porto de Laguna	167

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

Tabela 16 - Distância dos principais aeroportos de Santa Catarina

Distância dos Principais Aeroportos	Aeroporto	Distância (km)
	Aeroporto Victor Konder - Navegantes	43
	Aeroporto Hercílio Luz - Florianópolis	70
	Aeroporto Lauro de Loyola - Joinville	121
	Aeroporto Dimomício Freitas - Forquilha	256
	Aeroporto Serafin Enoss Bertasso - Chapecó	516

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

Tabela 17- Distância das capitais da região sul

Distância das capitais da região sul	Capital	Distância (km)
	Florianópolis - SC	70
	Curitiba - PR	246
	Porto Alegre - RS	506

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

A frota de veículos em Bombinhas vem crescendo significativamente, com um aumento de 297% entre 2001 e 2011. Destaca-se o incremento nos números de motocicletas e motonetas, que alcança 585% no período. A porcentagem de automóveis e motocicletas na frota mantém-se, entretanto, semelhante à encontrada no estado. Em 2011, da frota que circulava no município, 55% era composta de automóveis e 29% de motocicletas e motonetas, enquanto em Santa Catarina essa concentração era de 58% e 24% respectivamente.

Tabela 18- Frota de veículos - 2001/2011

Ano	Bombinhas				Santa Catarina			
	Total	Automóveis	Motocicletas e motonetas	Outros	Total	Automóveis	Motocicletas e motonetas	Outros
2001	1.763	1.139	298	326	1.588.549	1.031.055	253.505	303.989
2002	2.040	1.302	374	364	1.731.414	1.104.214	301.379	325.821
2003	2.385	1.522	468	395	1.848.929	1.161.111	345.399	342.419
2004	2.802	1.733	610	459	2.015.626	1.246.500	399.182	369.944
2005	3.371	2.008	820	543	2.199.459	1.338.678	461.716	399.065
2006	3.869	2.245	1.005	619	2.395.813	1.429.134	541.457	425.222
2007	4.367	2.483	1.205	679	2.618.389	1.539.342	623.376	455.671
2008	4.958	2.802	1.387	769	2.868.691	1.668.599	706.973	493.119
2009	5.577	3.126	1.600	851	3.098.407	1.804.665	762.605	531.137
2010	6.288	3.505	1.811	972	3.357.308	1.948.680	825.362	583.266
2011	7.005	3.859	2.043	1.103	3.625.328	2.097.254	887.702	640.372

Fonte: DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito. Os valores referem-se ao mês de dezembro. Em 'outros' estão listadas as seguintes categorias: Bonde, caminhão, caminhão trator, caminhonete, camioneta, chassi plataforma, ciclomotor, micro-ônibus, ônibus, quadriciclo, reboque, semi-reboque, side-car, outros, trator esteira, trator rodas, triciclo, utilitário.

Dois terços da população declara ocupar menos de 30 minutos para se deslocar até o trabalho, conforme levantado pelo IBGE e colocado abaixo, embora esta situação possa ser bastante alterada durante os períodos de verão.

Tabela 19 - Tempo médio diário de deslocamento até o trabalho – 2010

População por tempo médio diário de deslocamento até o trabalho		Santa Catarina	Bombinhas	Porto Belo	Itapema	Baln. Camboriú	Penha	Baln. Piçarras
	Até 5 minutos		17,58%	22,20%	20,19%	19,87%	15,60%	20,04%
de 6 minutos a meia hora		63,54%	66,87%	72,06%	66,35%	71,73%	65,17%	68,08%
mais de meia hora até uma hora		15,46%	9,27%	6,59%	11,30%	10,70%	12,46%	11,41%
mais de uma até duas horas		3,07%	1,66%	1,08%	2,16%	1,67%	1,61%	1,19%
mais de duas horas		0,35%	0,00%	0,08%	0,31%	0,30%	0,72%	0,45%

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Aspectos sociais

Saúde

Bombinhas possui o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência . SAMU, localizado no bairro de Morrinhos, e conta com Postos de Saúde no Centro, em Bombas, Canto Grande e Zimbros.

A rede de saúde é bastante restrita no município. Não há leitos hospitalares, de forma que a população deve acorrer a municípios da região para internações.

De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Regional Itajaí, no ano de 2000, Bombinhas se destacou entre os demais municípios da região, posicionando-se entre as maiores Esperança de vida e as menores taxas de Mortalidade infantil.

Tabela 20- Esperança de vida e Mortalidade infantil - 1991/2000

	Esperança de vida		Mortalidade infantil	
	1991	2000	1991	2000
Balneário Camboriú	70,1	73,2	24,7	17,6
Balneário Piçarras	65,6	71,4	38,8	22,0
Bombinhas	71,5	73,6	20,9	16,9
Camboriú	66,8	70,9	34,6	23,5
Itajaí	67,4	73,2	32,7	17,8
Itapema	66,8	72,7	34,7	18,9
Navegantes	66,9	71,4	34,2	22,0
Penha	68,5	73,5	29,1	16,9
Porto Belo	68,5	74,0	29,2	15,8
Santa Catarina	70,2	73,7	24,8	16,8

Fonte: SDR. Resumo socioeconômico dos Municípios, 2009.

Educação

O município possuía, em 2010, 3.543 alunos matriculados em instituições de ensino municipais e estaduais. Cerca de 60% deles freqüentava o ensino fundamental, distribuindo-se os demais entre creche, pré-escolar, ensino médio e educação de jovens e adultos. Não havia instituições de ensino superior ou escolas técnicas profissionalizantes sediadas em Bombinhas.

Tabela 21- Matrículas por rede de ensino 2003/2010

Número de matrículas por rede de ensino 2003/2010	Ano	Rede Municipal	Rede Estadual	Total
	2003	2.046	1.169	3.215
2004	2.229	1.248	3.477	
2005	2.502	1.141	3.643	
2006	2.318	1.192	3.510	
2007	2.219	1.212	3.431	
2010	2287	1256	3543	

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010. IBGE. MEC. Indicadores Demográficos e Educacionais, 2011.

Tabela 22- Matrículas por modalidade de ensino 2007-2010

Número de matrículas por modalidade de ensino		2007	2010
	Creche	348	304
	Pré-escola	377	410
	Fundamental	2.029	2125
	Médio	529	533
	EJA	178	151
	Total	3.431	3523

Fonte: MEC. Indicadores Demográficos e Educacionais, 2011.

Em 2010, segundo dados do Ministério da Educação, o número de docentes atuando nos diversos níveis cresceu cerca de 19% em relação a 2007. Já o número de estabelecimentos de ensino no município permaneceu o mesmo no período, sendo que 5 pertencem à rede municipal e 2 à rede estadual. As escolas estaduais oferecem também ensino de nível médio. O Ensino de Jovens e Adultos foi identificado em apenas uma das escolas da rede municipal.

Tabela 23- Docentes por modalidade de ensino 2007/2009

Número de docentes por modalidade de ensino		2007	2009
	Creche	25	27
	Pré-escola	22	24
	Fundamental	80	127
	Médio	33	33
	EJA	19	11
	Total	179	222

Fonte: MEC. Indicadores Demográficos e Educacionais, 2011.

O sistema educacional de Bombinhas conta com Curso Técnico e Curso Profissionalizante em Turismo e Hospitalidade, além de estabelecimentos voltados aos ensinos infantil, fundamental e médio.

Tabela 24- Estabelecimentos por modalidade de ensino

Número de estabelecimentos por modalidade de ensino 2007-2010		2007	2010
	Educação Infantil	6	6
	Ensino Fundamental	7	7
	Ensino Médio	2	2

Fontes: MEC. Indicadores Demográficos e Educacionais, 2011. Prefeitura Municipal de Bombinhas. Escolas Municipais, 2011.

Tabela 25- População residente em idade escolar e Taxa de escolarização

População por faixa etária e taxa de escolarização	População residente - idade entre 7 e 14 anos	1.818
	População residente que frequentava escola - idade 7 a 14 anos	1.799
	Taxa de escolarização	98,95
	População residente - idade entre 15 e 17 anos	751
	População residente que frequentava escola - idade 15 a 17 anos	589
	Taxa de escolarização	78,4

Segurança

No bairro de Bombas, podem ser encontrados Postos de Polícia militar e civil/delegacia além de Corpo de bombeiros.

Renda domiciliar

Tabela 26- Renda nominal mensal domiciliar 2010

Distribuição da população por rendimento nominal mensal domiciliar %		Santa Catarina	Bombinhas	Porto Belo	Itapema	Baln. Camboriú	Penha	Baln. Piçarras
	Sem rendimento	24,20	28,16	26,54	26,98	22,18	25,42	25,47
Até 1 SM	18,11	15,05	15,68	13,69	9,20	22,20	19,25	
Mais de 1 a 2 SM	28,95	28,28	29,03	26,48	24,94	26,48	28,23	
Mais de 2 a 3 SM	11,83	13,54	13,32	12,37	14,01	11,31	11,36	
Mais de 3 a 5 SM	8,99	9,05	9,41	11,09	12,56	8,60	9,31	
Mais de 5 a 10 SM	5,48	4,33	4,56	6,58	11,09	4,79	4,93	
Mais de 10 a 20 SM	1,71	1,07	1,00	2,09	4,07	0,93	1,21	
Mais de 20 SM	0,72	0,52	0,46	0,72	1,96	0,28	0,24	

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Tabela 27 - Horas semanais trabalhadas entre a população empregada 2010

Distribuição da população empregada por horas semanais trabalhadas %		Santa Catarina	Bombinhas	Porto Belo	Itapema	Baln. Camboriú	Penha	Baln. Piçarras
	Até 14 horas	4,92	9,57	8,15	6,59	3,78	5,57	3,33
De 15 a 39 horas	14,11	12,19	13,95	13,64	17,53	13,52	14,24	
De 40 a 44 horas	54,90	49,88	51,70	52,34	48,46	47,77	52,93	
De 45 a 48 horas	9,65	10,67	8,75	11,90	12,43	11,88	8,71	
mais de 49 horas	16,42	17,70	17,45	15,52	17,79	21,25	20,78	

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Tabela 28 - População economicamente ativa 2010

População economicamente ativa		Bombinhas	Porto Belo	Itapema	Baln. Camboriú	Penha	Baln. Piçarras
	Ocupadas	94,6%	96,0%	94,3%	95,2%	95,8%	95,0%
Desocupadas	5,4%	4,0%	5,7%	4,8%	4,2%	5,0%	

Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Desenvolvimento Humano

Tabela 36 - IDH - Índice de desenvolvimento humano 1991/2000

IDH		Brasil	Santa Catarina	Bombinhas
	1991	0,742	0,748	0,733
2000	0,757	0,822	0,809	
Evolução 1991/2000	2,02%	9,89%	10,37%	

O IDH é um indicador adotado pelo Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) para mensurar o desenvolvimento humano, levando em conta os fatores longevidade, nível educacional e renda. Ele varia de zero a um. Quando está acima de 0,8 é considerado elevado. (www.pnud.org.br)

Comparando dados de 1991 e 2000 o IDH de Bombinhas apresenta aumento, alcançando o índice de 0,809, o que coloca o município na 94a. posição em relação aos demais do estado. Em relação à Santa Catarina e Brasil, no final do período o IDH de Bombinhas ficou abaixo do alcançado pelo conjunto do estado (0,822) e acima do nacional (0,757). O município, no entanto, apresentou uma evolução maior do que ambos no decorrer do período.

Em 83% das cidades brasileiras, a dimensão que mais se desenvolveu, ao longo da década de 90, foi a da educação. Na média das 5.507 cidades, o subíndice de educação cresceu 25%, contra um crescimento de 12% do subíndice de longevidade e de 11% do subíndice de renda.

Embora a alfabetização da população tenha crescido, o que mais puxou a evolução educacional foi a taxa bruta de frequência à escola. Trata-se da divisão do número de alunos de todos os níveis de ensino residentes no município pela população de 7 a 22 anos (faixa etária ideal das pessoas que estudam) do mesmo município. Em 96% das cidades brasileiras o crescimento dessa taxa foi proporcionalmente maior do que o aumento da alfabetização.

Tabela 29 - Índice de desenvolvimento dos municípios - FIRJAN – 2000/2009

Índice FIRJAN - 2000/2009		Brasil	Santa Catarina	Bombinhas
	2000	0,5954	0,6383	0,5815
	2005	0,7129	0,7847	0,7083
	2006	0,7376	0,7915	0,666
	2007	0,7478	0,7938	0,7039
	2008	0,7649	0,8026	0,7019
	2009	0,7603	0,7953	0,741
	Evolução 2000-2005	19,73%	22,94%	21,81%
	Evolução 2005-2009	6,65%	1,35%	4,62%
Evolução 2000-2009	27,70%	24,60%	27,43%	

Fonte: FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.

Outro importante indicador de desenvolvimento social municipal é o FIRJAN, elaborado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, aponta tendências semelhantes. Entre 2000 e 2009 o município avançou de 0,5815 para 0,741, representando um incremento de 27%. Na comparação com Santa Catarina os índices de Bombinhas mantêm-se inferiores em cada ano, entretanto, o município mantém forte crescimento enquanto o índice do estado recua no último período. O índice de desenvolvimento de Bombinhas mantêm-se sempre abaixo da média indicada para o Brasil.

Tabela 30 - Posição de Bombinhas no ranking de municípios - FIRJAN – 2000/2009

Posição de Bombinhas no Ranking FIRJAN de municípios		Ranking Nacional	Ranking Estadual
	2000	1967	181
	2005	977	94
	2006	1631	169
	2007	1156	115

	2008	1264	121
	2009	797	72

Fonte: FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo anual do Sistema FIRJAN que acompanha o desenvolvimento de todos os 5.564 municípios brasileiros em três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

Embora tenha oscilado durante o período analisado, também neste índice Bombinhas tem melhorado seu desempenho, ocupando a posição de número 72 entre os municípios do estado, enquanto em levantamento do mesmo índice realizado em 2000 ocupava a 181ª posição. Também em relação ao cenário nacional Bombinhas tem elevado seu desempenho nas variáveis medidas pelo índice, saindo da posição 1.967 no ano 2000 para a posição de número 797 em 2009.

Programas sociais

O Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros – 2003, divulgado pelo IBGE, aponta que a incidência de pobreza em Bombinhas atinge 36,6% dos habitantes. A pobreza absoluta é medida a partir de critérios definidos por especialistas que analisam a capacidade de consumo das pessoas, sendo considerada pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e a bens mínimos necessários a sua sobrevivência.

O Cadastro Único para Programas Sociais, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, busca identificar as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total e é utilizado para a seleção de beneficiários dos programas sociais do Governo Federal, incluindo o Bolsa Família.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Bolsa Família atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional, selecionadas entre os mais de 19 milhões de famílias inscritas no CADÚNICO.

De acordo com dados do MDS, mais de 15% das famílias residentes em Bombinhas é cadastrada no CADÚNICO, sendo 204 delas beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Tabela 319 – Famílias cadastradas no CadÚnico e Beneficiários do Bolsa-Família – 2011

	Santa Catarina	Bombinhas
População total (2010)	6.248.436	14.293
Famílias no CadÚnico	374.733	721
Habitantes por família no CadÚnico	16,67	19,82
Famílias Beneficiárias Bolsa Família	139.787	204
Habitantes por família beneficiária	44,7	70,06

Fonte: MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social com base nos dados do CadÚnico. Esse IDF tem seis variáveis básicas (vulnerabilidade, escolaridade, acesso ao trabalho, renda, desenvolvimento infantil e condições de habitação) e varia de 0 a 1 (melhores resultados) e é usado pelos governo para identificar os possíveis beneficiários dos programas sociais.

Tabela 40 - Índice de Desenvolvimento Familiar de Bombinhas – 2010

Composição do IDF e índices em Bombinhas	Acesso ao trabalho	0,26
	Vulnerabilidade	0,67
	Disponibilidade de recursos	0,74
	Desenvolvimento infantil	0,96
	Condições habitacionais	0,83
	Acesso ao conhecimento	0,46
	Índice de Desenvolvimento Familiar	0,66

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, Cadastro Único para Programas Sociais, Índice de Desenvolvimento Familiar, 2008.

Economia

Tabela 32 - Balança Comercial – 2004/2009

Evolução da Balança Comercial (US\$) – 2004/2009		Exportações	Importações	Saldo
	2004	0	90.448	-90.448
2005	0	357.571	-357.571	
2006	0	551.237	-551.237	
2007	0	1.561.380	-1.561.380	
2008	0	2.022.228	-2.022.228	
2009	0	924.770	-924.770	

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. SECEX/DEPLA, 2011.

Tabela 332 - Balança Comercial – 2010

Balança Comercial (US\$) - 2009		Santa Catarina	SDR - Itajaí	Bombinhas
	Exportação	9.270.629.918	3.029.433.901	0
	Importação	11.912.039.232	5.599.216.630	441.762
	Saldo	-2.641.409.314	-2.569.782.729	-441.762

Fonte: SDRItajaí. Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí.

No período observado acima não houve exportação no município de Bombinhas. A importação alcançou em 2008 US\$ 2.022.228. Entre os países de origem das importações destaca-se Taiwan (Formosa), com 56,2% do valor total, seguido da China, com 41,1%. Também se registra importações da Alemanha (2,3%) e da Indonésia (0,5%).

Tabela 34 - Valor Fiscal – 2003/2007

Valor Adicionado Fiscal 2003-2007		SC	Bombinhas
	2003	44.327.956.103	22.748.954
	2004	53.721.428.762	27.107.697
	2005	60.870.064.578	34.527.961
	2006	61.909.302.718	37.243.497
	2007	69.608.669.185	42.265.655

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

Tabela 44 - PIB (R\$ 1.000.000) – 2002/2008

PIB (R\$ 1.000.000)		Santa Catarina	SDR - Itajaí	Bombinhas
	2000	43.311,9	2.888,43	48,56
	2003	66.848,5	5.770,03	82,01
	2005	85.316,3	8.477,22	107,49
	2007	104.622,9	11.214,15	145,08
	2008	123.282,9	13.941,67	159,72

Fonte: SDRItajaí. Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí.

Tabela 45 - PIB per Capita – 2000/2008

PIB per capita (R\$)		Santa Catarina	SDR - Itajaí	Bombinhas
	2000	8.007,32	7.690,41	5.410,67
	2003	11.764,48	15.362,63	7.954,78
	2005	14.542,79	22.570,48	9.588,19
	2007	17.834,00	29.857,50	11.647,66
	2008	20.368,64	37.119,48	12.018,13

Fonte: SDRItajaí. Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí.

Tabela 35 - PIB por setor – 2008

Composição do PIB por setor		Santa Catarina	SDR - Itajaí	Bombinhas
	Agropecuária	8,04%	1,39%	7,84%
	Indústria	34,43%	17,85%	19,22%
	Serviços	57,53%	80,76%	72,94%

Fonte: SDRItajaí. Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí.

Segundo dados compilados pela SDR-Itajaí, o Produto Interno Bruto de Bombinhas foi, em 2008, de pouco mais de 159 milhões de reais, respondendo por 1,15% do PIB da SDR e 0,13% do estado. O principal setor responsável por este resultado é o de serviços, com participação de 72,94%, seguido pela indústria (19,22%). A agropecuária foi responsável por 7,84% do PIB do município. O PIB per capita de Bombinhas em 2008 foi de R\$ 12.018,13, inferior ao alcançado tanto no estado quanto na região, equivalendo a cerca de 59% do valor alcançado em Santa Catarina e 32% do valor para a SDR-Itajaí.

Tabela 47 - Receita orçamentária per capita – 2003/2007

Receita per capita - R\$		SC	Bombinhas
	2003	1.258,43	2.134,45
	2004	1.354,45	2.037,11
	2005	1.523,35	2.275,61
	2006	1.681,63	2.235,60
	2007	1.770,27	2.429,79

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

Os valores de receita orçamentária per capita do Município de Bombinhas mantêm-se superiores aos valores verificados em Santa Catarina, embora a diferença diminua no período.

Tabela 36 - Movimentações Financeiras – 2010

Movimentações em Instituições Financeiras - R\$		Santa Catarina	Bombinhas
	Operações de Crédito	35.336.056.072	9.837.527
	Depósitos à vista - Privado	5.911.028.091	958.639
	Poupança	14.916.308.776	4.042.729
	Depósitos a prazo	13.262.286.848	5.931.562
	Obrigações por Recebimento	10.518.328	152

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Acima podemos observar algumas atividades financeiras realizadas no município e o montante movimentado em cada uma delas. Em relação à Santa Catarina, nenhuma das acima listadas ultrapassa 0,05% do volume das operações no estado.

Tabela 49 - Produção Pecuária – 2010

Produção Pecuária	Descrição	Santa Catarina	Bombinhas	Unidade	Porcentagem da produção estadual
	Bovinos	3.985.662	342	cabeças	0,0086%
Eqüinos	114.372	15	cabeças	0,0131%	
Suínos	7.817.536	15	cabeças	0,0002%	
Caprinos	58.332	15	cabeças	0,0257%	
Ovinos	293.349	28	cabeças	0,0095%	
Frangos	157.359.368	98	cabeças	0,0001%	
Galinhas	16.408.207	115	cabeças	0,0007%	
Vacas ordenhadas	979.169	80	cabeças	0,0082%	
Ovinos tosquiados	118.373	20	cabeças	0,0169%	
Leite de vaca	2.381.130	186	Mil litros	0,0078%	
Ovos de galinha	209.582	1	Mil dúzias	0,0005%	
Mel de abelha	3.965.962	210	Kg	0,0053%	
Lã	268.991	80	Kg	0,0297%	

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal.

A produção da agropecuária do município é de pouca expressão, tanto cotejada com outros setores da economia quanto com a produção total de Santa Catarina. Segundo dados do IBGE, não há no município produção agrícola.

Tabela 50 - Produção de Moluscos – 2009-2010

Produção de Moluscos		Santa Catarina		Bombinhas	
	Produto	Mexilhões		Mexilhões	
	Ano	2009	2010	2009	2010
	Produção (ton)	10.683	13.722	991	936
	Valor Projetado (R\$)	13.353.750	22.504.080	1.238.750	1.535.040
	Produto	Ostras		Ostras	
	Ano	2009	2010	2009	2010
	Produção (ton)	1.792	1.908	10	8
	Valor Projetado (R\$)	8.064.000	14.157.360	45.000	59.360

Fonte: EPAGRI. Síntese informativa da maricultura, 2010; EPAGRI. Síntese informativa da maricultura, 2009. O valor projetado utiliza-se do preço médio obtido em todos os municípios produtores do litoral de Santa Catarina.

A produção de moluscos em Bombinhas é bastante significativa, respondendo por quase 10% da produção estadual de mexilhões. Ainda que esteja presente, o cultivo de ostras tem menor representatividade, cerca de 0,5% do total produzido em Santa Catarina.

Há forte presença da pesca artesanal no município, através de pescadores presentes em diversas comunidades. Segundo compilação realizada pela UNIVALI, não há no município desembarque de produção da pesca industrial.

Tabela 51 - Produção pesca artesanal 2011

Produção da pesca artesanal	Kg	R\$
	146.122,20	394.050,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS. Secretaria da Pesca e Aquicultura. Boletim final: programa de monitoramento do desembarque pesqueiro, 2011.

Uma empresa de Processamento de Frutos do Mar pode ser encontrada em Bombinhas, trabalhando com mariscos, ostras, vieiras, camarões, filé de pescados e empanadas.

Emprego

Tabela 52 - Empresas formais por porte - 2008

% de Empresas Formais por porte		Santa Catarina	Bombinhas
	Microempresa		94,00%
Pequena Empresa		5,15%	4,54%
Média Empresa		0,53%	0,24%
Grande Empresa		0,32%	0,16%

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

Tabela 37 - Empregos formais por porte da empresa - 2008

% de Empregos Formais por porte da empresa		Santa Catarina	Bombinhas
	Microempresa		24,82%
Pequena Empresa		25,33%	29,08%
Média Empresa		13,68%	7,30%
Grande Empresa		36,18%	17,15%

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

Tabela 38 - Empresas formais por setor - 2008

%de Empresas Formais por setor		Santa Catarina	Bombinhas
	Primário		2,71%
Secundário		16,79%	11,71%
Terciário - Comércio		39,78%	35,70%

	Terciário - Serviços	40,73%	51,55%
--	----------------------	--------	--------

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

Tabela 55 - Empregos formais por setor - 2008

% de Empregos Formais por setor - 2008		Santa Catarina	Bombinhas
	Primário	2,56%	2,20%
Secundário	37,74%	10,61%	
Terciário - Comércio	19,48%	27,67%	
Terciário - Serviços	40,22%	59,52%	

Fonte: SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

Tabela 39 - Empregos formais por atividade – 2010

% de Empregos formais por atividade - 2010		Santa Catarina	Bombinhas
	Extrativa Mineral	0,37%	0,00%
Indústria da Transformação	32,02%	4,57%	
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,88%	0,46%	
Construção Civil	4,52%	7,13%	
Comércio	20,10%	26,25%	
Serviços	28,13%	42,92%	
Administração Pública	11,79%	16,21%	
Agropecuária	2,19%	2,47%	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda, 2010.

Em Bombinhas, a maior parte dos postos de trabalho está em micro empresas do setor terciário, concentrados no setor de serviços. Havia no município, em 2008, 1.193 micro empresas, que geravam, juntas, quase metade dos empregos. Comércio e serviços correspondem, juntos, a 87% das empresas instaladas no município, e geram 87% dos postos de trabalho. Segundo dados publicados pelo SEBRAE em 2010, não há números relativos à atividade informal nos municípios, apenas estimativas referentes a Santa Catarina. Esses dados, no entanto, podem não refletir o panorama de Bombinhas, devido à heterogeneidade existente entre os municípios.

Tabela 57 - Concentração de empregos nos setores de comércio, serviços e administração pública

Concentração de empregos nos setores de comércio, serviços e administração pública - 2010	Bombinhas	85,38%
	Balneário Camboriú	82,06%
Itapema	76,46%	
Penha	73,04%	
Porto Belo	69,15%	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda, 2010.

A participação dos setores de Serviços e Comércio na economia de Bombinhas supera o estado, assim como a administração pública. Esses setores representam mais de 85% dos postos de trabalho, o que representa o maior índice entre os municípios da região. Ainda que cotejada com municípios de configuração semelhante, Bombinhas uma concentração de destaque nos setores citados.

Esses números refletem a profunda dependência, no município, da atividade turística, que se ancora em pequenas empresas e em iniciativas informais.

Tabela 408 - Setores tradicionais, Emergentes e com tendência de Expansão – 2010

Setores tradicionais, Emergentes e com tendência de Expansão - 2010	Setores tradicionais
	Comércio varejista não especializado
	Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo
	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
	Comércio varejista de material de construção
	Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico
	Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos
	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos
	Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados
	Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas
	Telecomunicações por fio
	Setores Emergentes
	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes
	Setores com tendência de Expansão
	Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não metálicos

Fonte :SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

Em levantamento publicado em 2010, o SEBRAE elaborou um estudo classificando atividades econômicas de acordo com sua representatividade e potencial. A entidade utilizou três categorias: *setores tradicionais*, com as atividades econômicas predominantes no município, *setores emergentes*, com as atividades que demonstram evolução expressiva e que tem assumido maior participação na economia do município e *setores com tendências de expansão*, listando os setores de pouca representatividade na economia do município, mas com potencial de crescimento expressivo. Mais uma vez ficou clara a predominância do setor de serviços e comércio, embora tenham sido indicadas possibilidades de incremento de outras atividades.

Turismo

O turismo é a principal fonte geradora de recursos do município. Segundo a Secretaria de Turismo (2011), a capacidade de hospedagem dos 133 hotéis e pousadas é de cerca de 9 mil leitos. Além destes meios de hospedagem, há outras opções de alojamento do município: apartamentos, casas e residenciais oferecidos para locação.

Meios de hospedagem

Bombinhas possui 133 meios de hospedagem de turismo, do tipo pousada ou hotel, distribuídos pelos bairros da cidade da seguinte forma: 37 em Bombas, 54 no Centro, 29 em Mariscal e Canto Grande, sete em Quatro Ilhas e seis em Zimbros. Há ainda seis campings, nos bairros de Bombas, Canto Grande, Centro e Quatro Ilhas.

Serviços de alimentos e bebidas

Bombinhas possui 202 estabelecimentos que prestam serviços de Alimentos & Bebidas, dentre eles restaurantes, pizzarias, churrascarias, lanchonetes, bares, cafeterias e padarias. Nos bairros de Bombas e José Amândio são 80; no Centro e em Quatro Ilhas, 63; em Mariscal e Canto Grande, 36 e em Zimbros e Morrinhos, 23.

Agências de Turismo

A cidade conta com os serviços de 05 agências de viagens e turismo, que prestam serviços como traslados, locação de veículos, guiamento turístico, roteiros, city tours, emissão de passagens rodoviárias e aéreas, dentre outros.

Transportadoras Turísticas

Bombinhas possui seis empresas que prestam serviços de transporte turístico, localizadas nos bairros de Bombas, Centro, José Amândio, Sertãozinho e Zimbros.

Auditórios/Salões para Eventos

Dois centros de eventos podem ser encontrados no município, no Centro e Praia de Mariscal.

Lazer e Entretenimento

Escolas de Mergulho

Bombinhas possui seis escolas/operadoras de mergulho em funcionamento durante o ano todo. Todas elas localizadas no Centro.

Escolas de Surf / Locação de pranchas

A Associação Bombinhas de Surf – ABS – desenvolve atividades de ensino para a prática do surf nas praias de Bombas e de Canto Grande (escolas de surf: Bombinhas, Padang, Puro Surf, Quebra Côco, Caminho das Ondas e Magia das Ondas). Além disso, uma escola de surf está localizada na Praia de Quatro Ilhas e duas lojas de locação de pranchas podem ser encontradas no Centro.

Marinas

Bombinhas possui seis marinas. Duas delas em Zimbros

Bares e Casas Noturnas

Bombinhas conta com nove estabelecimentos que oferecem entretenimento e lazer.

Cinemas

Não há cinema na cidade, os cinemas mais próximos a Bombinhas estão localizados em Balneário Camboriú.

Passeio de Barco

No trapiche de Bombinhas, Prainha uma empresa oferece passeios de barco.

Guiamento e Condução Turística

O município de Bombinhas possui seis guias de turismo regional cadastrados no Ministério do Turismo.

Tabela 418 - Movimento estimado de turistas

		Santa Catarina			Bombinhas		
		Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total
Movimento estimado de turistas - 2004/2008	2004	2.712.139	246.914	2.959.053	120.096	17.638	137.734
	2005	2.570.651	202.211	2.772.862	130.042	33.988	164.030
	2006	2.937.561	211.782	3.149.343	123.435	28.138	151.573
	2007	3.539.198	468.954	4.008.152	105.741	15.061	120.802
	2008	3.794.388	509.035	4.303.423	98.582	28.222	126.804

Fonte: SANTUR. Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2004, 2005 e 2006. Florianópolis: SANTUR, 2006; SANTUR. Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2006, 2007 e 2008. Florianópolis: SANTUR, 2008.

Tabela 429 - Receita estimada em dólar (US\$ 1.000)

		Santa Catarina			Bombinhas		
		Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total
Receita estimada (US\$ 1.000) - 2004/2008	2004	388.641	53.960	442.601	24.362	3.630	27.992
	2005	450.275	55.555	505.830	31.738	10.154	41.892
	2006	547.283	58.253	605.536	33.947	8.605	42.552
	2007	980.045	196.353	1.176.398	34.119	6.709	40.828
	2008	1.250.556	280.428	1.530.984	33.756	15.355	49.111

Fonte: SANTUR. Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2004, 2005 e 2006. Florianópolis: SANTUR, 2006; SANTUR. Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2006, 2007 e 2008. Florianópolis: SANTUR, 2008.

Tabela 60 - Gasto médio diário estimado por turista (US\$) - 2004/2008

		Santa Catarina		Bombinhas	
		Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros
Gasto médio diário estimado por turista (US\$) - 2004/2008	2004	16,57	20,67	22,15	21,30
	2005	20,08	23,81	26,18	23,00
	2006	21,03	24,84	25,12	26,08
	2007	30,19	35,47	33,72	29,95
	2008	38,49	46,31	33,32	47,42

Fonte: SANTUR. Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2004, 2005 e 2006. Florianópolis: SANTUR, 2006; SANTUR. Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2006, 2007 e 2008. Florianópolis: SANTUR, 2008.

Tabela 431 - Taxa de ocupação hoteleira

	2004	2005	2006	2007	2008
Ocupação	69,95%	75,45%	60,00%	64,03%	66,58%

Fonte: SANTUR. Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2004, 2005 e 2006. Florianópolis: SANTUR, 2006; SANTUR. Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2006, 2007 e 2008. Florianópolis: SANTUR, 2008.

Segundo dados da SANTUR, o movimento de turistas na temporada em Bombinhas atingiu seu ápice no ano de 2005, com 164.030 visitantes, mais de 14 vezes a população residente no município à época, segundo o IBGE. Embora o número de visitantes tenha caído, o gasto médio diário por visitante, em

dólares, tem aumentado consistentemente, de modo que a receita estimada com o turismo em 2008 supera a do ano de 2005.

Tabela 62- Principais mercados emissores – Nacionais – 2004/2008

Principais mercados emissores - Nacionais -2004/2008		Rio Grande do Sul	Paraná	Santa Catarina	São Paulo	Mato Grosso do Sul
	2004	33,69%	33,48%	13,17%	9,94%	2,38%
2005	34,38%	30,68%	11,65%	12,50%	2,85%	
2006	29,68%	36,34%	20,00%	7,31%	2,15%	
2007	33,23%	34,12%	14,24%	12,17%	1,48%	
2008	33,33%	27,08%	19,79%	14,58%	4,16%	

Fonte: SANTUR. Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2004, 2005 e 2006. Florianópolis: SANTUR, 2006; SANTUR. Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2006, 2007 e 2008. Florianópolis: SANTUR, 2008.

Tabela 443 - Principais mercados emissores - Estrangeiros -2004/2008

Principais mercados emissores - Estrangeiros -2004/2008		Argentina	Uruguai	Paraguai
	2004	69,16%	8,82%	20,59%
2005	89,31%	3,26%	6,52%	
2006	92,45%	1,89%	3,77%	
2007	91,67%	6,25%	2,08%	
2008	88,88%	11,12%	0,00%	

Fonte: SANTUR. Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2004, 2005 e 2006. Florianópolis: SANTUR, 2006; SANTUR. Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2006, 2007 e 2008. Florianópolis: SANTUR, 2008.

A origem dos turistas que visitam bombinhas tem se mantido constante, com destaque para os estados da Região Sul. Entre os estrangeiros, a predominância é de argentinos, não sendo, segundo a SANTUR, significativa a presença de visitantes de países de fora do Cone Sul.

Zimbros



Há registros de que esta foi a primeira área da Península a ser visitada por colonizadores, por volta de 1527. A serviço do rei da Espanha, Sebastião Caboto teria chegado à Enseada de Zimbros, dando-lhe o nome de São Sebastião. Mais tarde, passou a ser chamada de Zimbros por apresentar abundância de um arbusto de frutos medicinais com este nome.

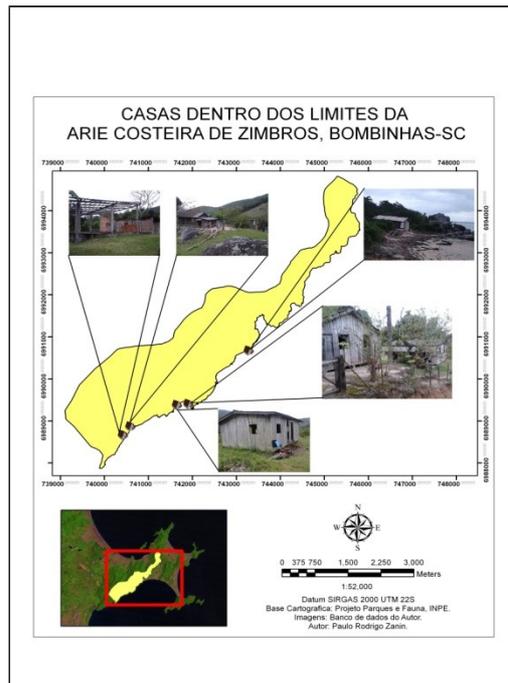
No período entre 1748 e 1756 foram enviados para a costa catarinense cerca de seis mil pessoas oriundas das Ilhas dos Açores, que se fixaram, sobretudo em São Francisco, Florianópolis e Laguna. É possível que algumas famílias tenham se deslocado, vindo a se estabelecer em outros pontos da região ou a fim de fazer trocas e negócios com outras localidades. Somente por volta de 1817, com o propósito formar a Enseada das Garoupas e de fundar uma colônia de pescadores, foram enviadas famílias provenientes da Ericeira, vila portuguesa próxima a Lisboa, e detentores de profundos conhecimentos sobre a pesca, para ocupar a região, que veio a chamar-se Nova Ericeira e, por fim, Porto Belo.

Em geral, os imigrantes preferiram fixar-se nos morros, onde se dedicavam principalmente à agricultura. Começaram as primeiras plantações de feijão, café, batata, cana de açúcar, mandioca, frutas e ervas medicinais, a maior parte para consumo próprio. O comércio era feito à base de troca de mercadorias, levadas aos seus destinos com a ajuda de embarcações ou através dos morros, com veículos de tração animal ou até mesmo sobre os ombros, muitas vezes até o povoado vizinho de Tijucas.

A ocupação histórica de Zimbros está relacionada a uma economia de subsistência, lavoura e extração de madeira associados à pesca. A comunidade era praticamente autosuficiente, consumindo o que plantava, pescava e processava. Produzia farinha de mandioca, açúcar, café em pó e escalava o peixe para conservar. Confeccionavam suas roupas, cestos, cerâmica e sabão entre outros. Utilizavam fornos para torrar café e farinha, as panelas e louças em geral. O algodão era tecido para a confecção de roupas, utensílios e rendas. Dentre as atividades especificamente masculinas, destacavam-se a confecção de tipitis, balaios e outros utensílios de trabalho. A pesca era normalmente voltada à subsistência, sendo realizada eventualmente com fins comerciais durante períodos definidos do ano.

O transporte de gêneros, materiais e pessoas era feito através do mar ou por um caminho aberto através do morro, que permitia o acesso à Tijucas. Através de narrativas e vestígios materiais, sabe-se da existência anterior, no local, de serrarias, engenhos de farinha, de cachaça, plantações de café, banana, mandioca, milho, além de uma igreja.

A exaustão de recursos em terra, associados à políticas de governo que não favoreciam o trabalho na lavoura, levou a comunidade a deslocar-se aos poucos para a praia de Zimbros, de forma a facilitar o trabalho na pesca. Durante a década de 1960 esse processo se consolidou e as transformações no modo de vida da população acentuaram-se. Os jovens passaram a se dedicar exclusivamente à pesca e as terras perderam valor enquanto meio de trabalho. Assim, passam a ser vendidas por quantias irrisórias, mas que muitas vezes permitiam a aquisição de embarcações ou outros instrumentos de trabalho.



As melhorias das estradas de rodagem, disponibilidade de transportes coletivos, rede de água e eletricidade, trouxeram também os primeiros veranistas, prenunciando uma profunda transformação na localidade. A partir da década de 70 verifica-se um marcante aumento populacional na cidade, decorrente do crescimento do número de casas de praia de veranistas, que aos poucos chega também a Zimbros.

Esse influxo de pessoas, atraídas pelas belezas naturais da cidade, fez com que as terras fossem valorizadas, chamando a atenção dos especuladores. Os novos proprietários passam a contratar os serviços das antigas famílias de agricultores ou pescadores para cuidar de suas casas, limpando e vigiando.

A Enseada de Zimbros possui 7Km de extensão e abriga as praias de Zimbros, Morrinhos e Canto Grande. Suas praias apresentam águas calmas, desde que o vento não sopre do sul a noroeste, e abrigam muitas embarcações. A orla encontra-se quase totalmente ocupada por edificações, sendo a maior parte casas de veraneio.

O bairro de Zimbros é relativamente isolado dos demais, apesar da proximidade do centro, uma vez que fica localizado à direita da Enseada e da via principal, não dando acesso a outros bairros naquela direção. Possui uma praia de cerca de 1.100 km de extensão, sendo caracterizado pela presença de uma comunidade tradicional de pescadores artesanais e, mais recentemente, da maricultura.

Uma morraria coberta de Mata Atlântica separa o bairro do município de Porto Belo e seu costão abriga 10 praias acessíveis somente por mar ou trilhas a partir do canto direito do Cantinho de Zimbros. Essas praias encontram-se dentro da Área de Relevante Interesse Ecológico da Costeira de Zimbros, uma das três unidades de conservação do município. São elas:

Praia do Cardoso - 285,5 metros de extensão, Praia do Basílio - 40 metros de extensão, Praia da Lagoa - 306 metros de extensão, Praia do Casqueiro - 35 metros de extensão, Praia do Pasto - 20 metros de extensão, Praia do Lau / Hermínio - 40 metros de extensão, Praia Triste - 382 metros de extensão, Praia do Mauri - 25 metros de extensão, Praia da Santa - 37 metros de extensão, Praia Vermelha - 618 metros de extensão (PMB, 2011).

Na Área encontra-se também a Cachoeira da Praia Triste, cujo acesso demanda o acompanhamento de um guia local.

Atualmente, as atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade tradicional estão relacionadas principalmente à pesca artesanal e maricultura. Buscam também integrar-se às atividades turísticas, através da manutenção e aluguel de casas.



Zimbrós possui também um Estaleiro, localizado junto à Secretaria de Pesca, que registrou 70 embarcações puxadas somente entre 28 de fevereiro e 04 de maio de 2012.



Abaixo, podemos observar dados sobre a ocupação e uso do espaço no bairro.

Tipo de ocupação	Quantidade
terreno sem uso	1334
residencial	1874
Imobiliárias e corretores	2
galpão	26
loja	19
pousadas	13
lanchonete/bar	2
industrial	3
ensino	2
supermercado	1
religioso	3
outros	104

Fonte: Secretaria da Fazenda de Bombinhas, 2012

A Secretaria Municipal de Saúde tem cadastradas, junto ao SIAB - Sistema de Informação de Atenção Básica, 972 famílias no bairro de Zimbros. Em pesquisa realizada junto a essas famílias, foram registrados os seguintes dados acerca da infraestrutura encontrada:

Tipo de edificação	Domicílios	%
Tijolo / Adobe	726	74,7
Taipa revestida	5	0,5
Taipa não revestida	4	0,4
Madeira	185	19,0
material aproveitado	9	0,9
Outros	43	4,4

Energia elétrica	Domicílios	%
Sim	960	98,7
Não	12	1,3

Abastecimento de água	Domicílios	%
Rede pública	800	82,3
Poço ou nascente	171	17,6
Outros	1	0,1

Destino do lixo	Domicílios	%
Coleta pública	971	99,9
Queimado/Enterrado	1	0,1

Destino dejetos	Domicílios	%
Sistema de Esgoto	13	1,3
Fossa	955	98,2
Ceu aberto	4	0,5

A pesquisa também permite identificar o grau de escolarização entre as famílias cadastradas, como vemos abaixo:

Faixa etária	População	na escola	%
7 a 14 anos	438	362	82,65
		alfabetizados	
15 anos e mais	2384	2.284	95,81

De acordo com a Secretaria de Assistência Social de Bombinhas, 22 famílias residentes no bairro de Zimbros são beneficiárias do Programa Bolsa Família, cerca de 10% do total de beneficiárias do município.

José Amândio	52
Bombas	49

Sertãozinho	24
Canto Grande	22
Zimbros	22
Centro	14
Mariscal	06
Morrinhos	05

Durante os meses de fevereiro e março de 2012, foi conduzida uma pesquisa domiciliar no bairro de Zimbros com o objetivo de identificar o nível de conhecimento dos moradores acerca da ARIE Costeira de Zimbros, suas opiniões acerca do bairro, preocupações com o meio ambiente e expectativas de futuro. Foram entrevistadas 200 pessoas, em dias úteis e finais de semana, em domicílios permanentes distribuídos ao longo do bairro. Abaixo são apresentados o perfil da amostra e resultados da pesquisa.

Perfil dos entrevistados⁶ ou composição da amostra na pesquisa domiciliar

Os entrevistados são chefes de família, esposas ou filhos destes, com idades variando entre 18 e 90 anos. e 45% deles vivem há mais de 20 anos no bairro de Zimbros. A maior parte é natural de Bombinhas/Porto Belo ou redondezas.

Tabela 45 - Situação na família

	N	%
Chefe de família	161	80,50
Cônjuge ou filho	39	19,50
Total	200	100,0

Tabela 464 - Faixas etárias

	N	%
18-30	38	19,10
31-40	38	19,10
41-50	43	21,61
51-60	36	18,09
61-70	34	17,09
71-90	10	5,03
Total	200	100,0

Tabela 475 - Tempo de residência em anos

	N	%
1 a 5	33	16,5
6 a 10	32	16
11a 20	45	22,5
21 a 30	31	15,5
31 a 50	59	29,5
Total	200	100,0

⁶ Dados não ponderados, refletem a realidade da amostra, não da população.

60% da amostra é composta por mulheres, das quais 71% são chefes de família. Quanto à Religião, 45% dos entrevistados se declararam católicos e cerca de 35% seguidores de doutrinas evangélicas. Cerca de 46% dos entrevistados se declararam analfabetos ou não completaram o ensino fundamental.

Tabela 48- Sexo

	N	%
Feminino	121	60,50
Masculino	79	39,50
Total	200	100,0

Tabela 49 - Naturalidade

Cidade	N	%
Bombinhas	79	39,5
Paraná	20	10,0
Tijucas	15	7,5
Itajaí	10	5,0
Rio Grande do Sul	10	5,0
Baln. Camboriú	9	4,5
São Paulo	9	4,5
Blumenau	6	3,0
Porto Belo	5	2,5
Outros	37	18,5
Total	200	100,0

Destaca-se aqui que pelo menos parte das pessoas que declararam ter nascido na região mais próxima, informaram também que as mães recorreram às cidades vizinhas para o parto, já que não há hospital em Bombinhas ou Porto Belo. Entre os que não nasceram na região, destacamos a presença de pessoas oriundas dos estados do Paraná, São Paulo e RS, o que pode apontar para a ligação entre pólos de atividade pesqueira.

Tabela 50 - Religião

	N	%
Católica	91	45,5
Evangélica	76	38,5
Sem religião	19	9,5
Outros	10	5,0
NR	3	1,5
Total	200	100,0

Acima, podemos observar 45,5 % de católicos, enquanto mais de um terço da amostra é formado por evangélicos. A presença de adeptos das doutrinas aí representadas, as médias encontradas para o

estado e país em 2009, respectivamente 21% e 20,2%, segundo o Mapa das religiões no Brasil, da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Tabela 51 - Grau de instrução

	N	%
Analfabeto	37	18,5
Fundamental incompleto	56	28,0
Fundamental completo	41	20,5
Médio completo	45	22,5
Superior completo	21	10,5
Total	200	100,0

114 pessoas declararam estar trabalhando em empregos formais ou informais naquele momento, sendo que 17 delas na pesca artesanal. 36 se identificaram como donas de casa, embora tenham informado também fazer trabalhos eventuais, sobretudo na temporada de verão. Entre as 50 que não estavam trabalhando, 33 eram aposentados, 6 eram pensionistas e 05 encontravam-se em afastamento por motivo de saúde. 6 dos entrevistados estavam desempregados.

Tabela 52 – Está trabalhando atualmente?

	N	%
Sim	114	57,0
Dona de casa	36	18,0
Não está trabalhando	50	25,0
Total	200	100,0

Tabela 53 – Profissão

	N	%
Pescador	17	14,9
Comércio	11	9,6
Construção civil	10	8,7
Serviços	9	7,8
Professor	9	7,8
Doméstica	9	7,8
Funcionário público	9	7,8
Empresário	4	3,5
Outros	28	24,5
Indefinida	8	7,0
Total	114	100

A distribuição por ramo de atividade aponta a diversidade presente no bairro de Zimbros, destacando-se as atividades relacionadas à pesca. As outras profissões citadas concentram-se nos setores de comércio e serviços e construção civil.

Tabela 54 - Situação de trabalho

	N	%
Aposentado	33	66,0
Pensionista	6	12,0
Desempregado	6	12,0
Afastado por motivo de saúde	5	10,0
Total	50	100,0

Entre os aposentados, 32 se identificaram como chefes de família, sendo 7 deles pescadores. Entre os que se encontram afastados por motivo de saúde outros 2 pescadores são identificados.

Tabela 55 - Profissão do chefe da família

	N	%
Pesca	16	41,0
Construção civil	5	12,8
Autônomo	5	12,8
Outros	13	33,3
Total	39	100,0

As pessoas que não se identificaram como chefes de família indicaram a profissão dos mesmos, sendo 16 deles pescadores.

Tabela 56 - Participa de alguma Associação

	N	%
Não participa	176	88,0
Associação de moradores	7	3,5
Grupo Terceira Idade	7	3,5
Pesca/Maricultura	5	2,5
Outras	5	2,5
Total	200	100,0

12% dos entrevistados declarou participar ativamente de Associações ou outros grupos organizados.

A maioria tem a TV como principal veículo de comunicação.

Tabela 57 - Meio de comunicação preferido

	N	%
TV	145	72,5
Rádio	42	21,0
Jornal	19	9,5
Internet	48	24,0
Outros		
Total		

Tabela 58 - Tipo de residência

	N	%
Próprio	172	86,0
Alugado	22	11,0
Emprestado/cedido	6	3,0
Total	200	100

86% dos entrevistados residem em imóveis próprios, onde vivem, em média, 3 a 4 pessoas. Este percentual é maior do que o encontrado para o município de Bombinhas que, em 2010, segundo dados do IBGE, ficou em 68,11%. O fato encontra fundamento no histórico do bairro, cuja ocupação tradicional manteve a propriedade de parte das terras, divididas entre as famílias. Ainda que isso signifique um contínuo adensamento da área, lhes garante a condição de proprietários e uma fonte de renda adicional com o aluguel de imóveis durante a temporada.

Tabela 59 - Número de pessoas na residência

	N	%
1	10	5,0
2	43	21,5
3	43	21,5
4	58	29,0
5	19	9,50
6	20	10,0
7	5	2,50
8	2	1,0
Total	200	100,0

Média: 3,615 Universo: 723

O número de pessoas na residência aproxima-se do resultado obtido pelo IBGE no Censo 2010 para Bombinhas. Enquanto no município a média é de 3,10 pessoas por residência, em Zimbros a média é de 3,6%. Foram encontrados casos em que famílias habitavam uma mesma edificação, considerando-as residências diferentes, apesar de anexas ou com divisões pouco claras.

No gráfico a seguir, podemos observar a segmentação da amostra por faixa de renda, indicando uma concentração na faixa de 1 a 3 salários mínimos, de acordo com a declaração dos entrevistados.

Tabela 60 – Renda

Faixas	N	%
1	108	55,3
2	56	28,7
3	24	12,3
4	6	3,0
5	0	0,0
6	1	0,5
NR	5	
Total	200	100,0

O bairro, a cidade e a ARIE na perspectiva dos entrevistados

65 pessoas entre as entrevistadas afirmaram ter conhecimento da criação de uma "Área de Proteção Ambiental" no bairro. Destas, 64,6% identificaram a localização da UC. O nível de conhecimento em relação à ARIE pode estar relacionado à não identificação de sua implantação efetiva, além de baixa participação dos entrevistados em organizações da sociedade civil.

Tabela 61 - Tem conhecimento da implantação da ARIE?

	N	%
Sim	65	32,5
Não	135	67,5
Total	200	100,0

Tabela 62 - Sabe dizer onde fica localizada a ARIE?

	N	%
Sim	42	64,6
Não sabe dizer	23	35,3
Total	65	100,0

Para os moradores, as principais qualidades do bairro de Zimbros são os atributos naturais, o sossego e as atividades da pesca. São bastante valorizados, também, a segurança e a população, ou o relacionamento entre as pessoas.

Como problema, aparece em 1o. lugar a questão do acesso à BR, dificultado pelo trânsito de veículos nas temporadas, seguido da falta de serviços no Bairro, por exemplo, os bancários e melhor infraestrutura de apoio ao turismo.

A presença de serviços variados são as maiores qualidades da cidade, do ponto de vista dos moradores de Zimbros, indicando a contraposição com a sua escassez no bairro. A beleza natural também está presente no contexto da cidade entre os aspectos mais valorizados pelos entrevistados e o potencial turístico é destacado entre as qualidades de Bombinhas.

Entre os problemas apontados em relação ao município, a questão da infraestrutura viária se mantém em primeiro lugar.

A poluição das águas foi apontada como a principal preocupação da comunidade em relação ao meio ambiente, estando relacionada, sobretudo, à urbanização sem saneamento básico. A limpeza urbana, destino e manejo dos rejeitos da pesca e maricultura também estão entre as preocupações das pessoas entrevistadas. Ao destacar a Educação ambiental junto de suas principais preocupações nesse contexto, o grupo parece trazer também para o nível da cidadania a responsabilidade pelo tratamento dos recursos naturais.

Tabela 63 - Preocupações com o meio ambiente

Preocupações	Respostas	
	N	%
Saneamento	175	87,5
Água	136	68,0

Preocupações	Respostas	
	Rejeitos	107
Educação ambiental	96	48,0
Desmatamento	89	44,5
Ar	21	10,5
Total	624	

Perguntados sobre a Costeira de Zimbros, as referências atuais aparecerem em primeiro lugar, as referências à antiga ocupação e continuidade do uso por parte dos pescadores e maricultores. As referências à abertura de estradas e projetos de urbanização são apontadas em 17,5% das respostas.

Tabela 64 - O que ouviram falar sobre a Costeira de Zimbros

	Respostas	
	N	%
Era usada pelos antigos	58	29,0
É usada pelos pescadores	32	16,0
Há projetos de estradas e novas construções	35	17,5
É usada pelos turistas	19	9,5
Há projetos de conservação	14	7,0
Outros	11	
Total	184	
NS/NR	69	

68,5% das respostas indicaram como a melhor opção para o futuro da área, mantê-la "com está". Já 36,5% pensam que deve ser estudada a possibilidade de abertura de acesso à BR através da Costeira de Zimbros. Investimentos no sentido de dotar a área de infraestrutura voltada ao turismo também é apontada em 16,5% das respostas.

Tabela 65 - Melhor opção para uso da área

Melhor opção	Respostas	
	N	%
Deixar como está	137	68,5
Abertura de acesso à BR	73	36,5
Investir em infraestrutura/atrações turísticas	29	14,5
Investir/permitir somente em turismo ecológico	24	12,0
Investir somente enquanto área residencial	7	3,5
Restringir/controlar o acesso de turistas	4	2,0
Outras	11	
Total	285	
NS/NR	04	

Cerca de 73% dos entrevistados indicaram como a pior opção para o futuro da Costeira de Zimbros a sua urbanização. 22,5% estão a indicar, também, de diferentes formas, a preocupação com o cuidado e investimentos necessários para a conservação da área.

Tabela 66 - Pior opção para uso da ARIE

Pior opção	N	%
Urbanização/ loteamento/ condomínios/ estradas	147	73,5
Deixar como está	25	12,5
Falta de fiscalização	14	7,0
Criar atrações turísticas	7	3,5
Falta de investimentos/ infraestrutura	6	3,0
Outra	08	
Total	207	100,0
NS/NR	05	

54,5% dos entrevistados consideram a fiscalização e conservação da área é uma responsabilidade a ser compartilhada entre população e poder público. 25,5% atribuem a tarefa à Prefeitura e outros 6,5% FAMAB, FATMA e/ou IBAMA.

Tabela 67 - Quem deve fiscalizar/ cuidar da ARIE

	N	%
Todos	109	54,5
Prefeitura	50	25,0
FAMAB/FATMA/IBAMA	13	6,5
População	12	6,0
Outro	12	6,0
Sem resposta	4	2,0
Total	200	100,0

A maioria dos entrevistados, cerca de 84% da amostra, declara não lembrar/não ter ouvido falar em Plano de Manejo.

Tabela 68 - Já ouviu falar em Plano de Manejo

	N	%
Não	168	84,0
Sim	32	16,0
Total	200	100,0

Entre os declararam que já conheciam/tinham ouvido falar em Plano de Manejo, 37,5% o definiram como "um projeto para administrar o uso de uma área".

Tabela 69 - Sabe o que é Plano de Manejo?

	N	%
É um projeto para administrar o uso de uma área	12	37,5
É uma lei	5	15,6
Outra	3	9,3

Sem resposta	12	37,5
Total de respostas	32	100,0

45,5% dos entrevistados no bairro de Zimbros declararam pensar que as condições de vida na cidade estarão "piores" no prazo de 10 anos. Outros 40,5% acreditam que estarão "melhores" e 13% disse acreditar que estarão "iguais".

Tabela 70 - Como imagina Bombinhas daqui a 10 anos

	N	%
Pior	91	45,5
Melhor	81	40,5
Igual	26	13,0
Não sabe dizer	2	1,0
Total	200	100,0

Solicitados a justificar tais opiniões, os entrevistados que não esperam mudanças declararam que não há planejamento e investimentos públicos que apontem para a melhoria da cidade apesar de seu potencial. Alguns apontaram também a falta de incentivo às atividades encontradas no município para promoção de desenvolvimento.

Aqueles que apresentaram uma visão mais pessimista, argumentaram que a crescente urbanização tende a aprofundar os problemas já existentes. Demonstraram descrédito em relação à administração pública e apontaram a falta de atenção à cidade fora dos períodos de temporada e com a população local de forma geral. Grande parte acredita destes acredita que falta de investimentos em infraestrutura adequada pode vir a comprometer, inclusive, o turismo na cidade.

Entre os que acreditam em melhorias, grande parte refere as mudanças esperadas para as próximas gestões do município, como a abertura/melhoria de acessos à cidade. Declaram que planejamento e boa administração, podem fazer do turismo uma fonte de oportunidades para todos e de desenvolvimento geral. A provável mudança na composição da população, com a vinda de novos habitantes, a crescente conscientização em relação aos problemas ambientais e maior participação também são apontadas como fatores que contribuirão para um cenário mais positivo no futuro.

Discussão dos resultados da pesquisa realizada junto à comunidade

65 moradores do bairro de Zimbros declararam ter conhecimento da implantação de uma UC na região. Destes, 65% demonstrou segurança na localização da área, indicando "costão de Zimbros" ou "morro de Zimbros". Não houve referência à placa de identificação colocada junto à trilha, na praia.

As qualidades mais valorizadas do bairro de Zimbros são a natureza, com referências à presença da mata e da praia, ao sossego e à pesca. Seguem ainda apontando a própria população ou "o relacionamento entre as pessoas" e a sensação de segurança que o ambiente propicia. A identificação com o lugar, a natureza e o modo de vida destacam o sentimento de pertença.

Os problemas identificados no local estão relacionados à falta de infraestrutura, ficando clara a sua agudização durante a temporada de verão. A falta de investimentos que qualifiquem o lugar para a vida cotidiana e também para o turismo foi uma queixa apresentada pela maioria dos entrevistados.

Em relação à cidade, a beleza natural é a qualidade apontada em maior número de vezes. A diversidade do Comércio e Serviços também foi bastante valorizada, em contraponto com a ausência desses no

bairro. O turismo tem destaque entre as qualidades de Bombinhas, oferecendo oportunidades à população.

Por outro lado, os contratempos decorrentes da intensificação do turismo são evidenciados nas preocupações da comunidade em relação ao meio ambiente. A presença de grande número de visitantes concentrados durante a temporada traz preocupações em relação à qualidade da água.

Em relação à Costeira de Zimbros, lembram a origem da comunidade, histórias de infância ou contadas pelas famílias ou moradores mais idosos do bairro, indicando a sua relevância na identidade da comunidade. A presença de novos moradores não constitui problema no momento, mas temem a urbanização excessiva e os problemas dela decorrentes, inclusive o desmatamento do morro e o desaparecimento ou comprometimento das fontes de água.

Nesse sentido, o desejo de "deixar a área como está" pode ser compreendido na perspectiva de evitar um processo de descaracterização e desqualificação do bairro, além da intensificação de problemas já existentes. No entanto, é vislumbrada, por parte dos moradores entrevistados, a possibilidade de instalação de infraestrutura que minimize os problemas, qualifique o turismo na área e amplie as opções de lazer para os moradores da região.

A maioria dos entrevistados declara não lembrar/não ter ouvido falar em Plano de Manejo. Ainda que essas respostas possam estar refletindo também uma certa insegurança em relação ao tema, indica, de qualquer maneira, a necessidade de se trabalhar de forma mais intensiva o conceito ou as questões nele implicadas. A pouca informação demonstrada sobre a ARIE, de forma geral, pode estar relacionada, como já foi apontado, com a baixa participação em fóruns da comunidade e cidade e, ainda, com dinâmicas próprias das orientações religiosas.

Os anseios desses moradores, também expressos em outras entrevistas e narrativas, é por um desenvolvimento que venha a "melhorar as condições de vida da população", valorizando as atividades econômicas ali desenvolvidas. Estas dependem da conservação de recursos naturais e de seu acesso a ele e a consciência disso é expressa em suas preocupações em relação às alterações no entorno. Demandam, portanto, atenção às suas especificidades e investimentos em infraestrutura compatível. Em relação à cidade, esperam ter a mesma atenção que acreditam ser dispensada a outros bairros, como Bombas e a praia de Bombinhas e, sobretudo, uma solução para a questão do acesso à cidade.

Expectativas de empresários do ramo turístico no bairro de Zimbros

Também durante os meses de fevereiro e março, buscamos levantar as expectativas de empresários do setor turístico presentes em Zimbros acerca da implantação da ARIE. Foram ouvidos, entre grupo focal e entrevistas realizadas nas pousadas e restaurantes do bairro, 12 pessoas.

No quadro abaixo, podemos observar as ameaças e oportunidades identificadas por esse grupo na implantação efetiva da ARIE.

Ameaças	Oportunidades
Falta de fiscalização sobre obras e atividades econômicas	Possibilidade de preservação de grande parte da área
	Oferecer campo para estudos
Falta de investimentos públicos em saneamento	Melhoria na Infraestrutura
	Definição de prioridade para as áreas contíguas às UCs
Falta de sustentação política	Estabelecimento de normatização independente com destinação de recursos públicos para a gestão
	Captação de recursos externos ao município - parcerias
Falta de comunicação/divulgação de projetos, de recursos e limitações da área	Projeto de comunicação social
	Criar novos públicos através do estabelecimentos de parcerias (3ª idade, atividades náuticas, educação formal)

Acesso à BR	Oferecer alternativa de acesso adequada às restrições da UC
	Oferecer alternativa de acesso adequada às características do bairro
Falta de educação para o turismo	Desenvolvimento de projetos de Ecoturismo
	Qualificação do público/visitantes através de calendário de atividades de Educação ambiental
	Oferecer produtos turísticos sustentáveis
	Desenvolvimento de projetos turísticos integrados ao Plano de Manejo - gastronomia, hotelaria e passeios
Falta de participação da comunidade	Instalação de um Comitê gestor paritário
	Integração de membros da comunidade na avaliação e desenvolvimento de atividades na UC
	Capacitação da comunidade
	Integração da Pesca e Maricultura aos projetos
Falta de atenção à zona de amortecimento	Definição de restrições relativas ao uso do solo e acesso ao mar
Interferência no modo de vida tradicional	Consideração no plano de gestão das peculiaridades da comunidade tradicional presente no entorno da UC
	Definição SEOT Plano Diretor
Falta de educação patrimonial	Valorização de bens culturais

Expectativas de proprietários de áreas no interior da ARIE Costeira de Zimbros

Foram ouvidos também, em reunião realizada já em junho de 2011, os proprietários de áreas no interior da UC. Naquela oportunidade, pudemos registrar ameaças e oportunidades identificadas por este grupo na implantação efetiva e futura gestão da ARIE.

Ameaças	Oportunidades
Falta de fiscalização	Controle de visitação e orientação anterior ao contato com a UC
Falta de segurança	Estabelecimento de normas e ações visando a segurança no local
	Qualificação do público/visitantes
	Desenvolvimento de projetos de ecoturismo e educação ambiental para visitantes e locais
Falta de acesso às propriedades	Aproveitamento do caminho histórico
Acessos ruins às propriedades	Levantamento de novas possibilidades de acesso às propriedades ou melhoria das existentes
Falta de investimentos públicos e privados	Dotação de infraestrutura e atração de investimentos privados
	Oferecer campo para estudos
Acesso aos bairros/cidade – falta, qualidade ruim	Contribuir para a discussão do segundo acesso à BR 101
Grandes restrições ao uso das áreas	Estabelecimento de normatização independente
	Agregar valor às propriedades/negócios
	Valorização de bens culturais
	Desenvolvimento de projetos voltados à hotelaria e gastronomia
	Preservação de grande parte da área

A observação dos quadros acima, permite depreender que as expectativas de ambos os grupos encontram fundamento na realidade, constituindo temas a serem tratados nas Oficinas de Planejamento Participativo para busca de encaminhamentos e consideração na elaboração do Plano de gestão da UC.

RECOMENDAÇÕES AO PLANO DE MANEJO

As recomendações que se aqui se apresentam dizem respeito à interação da UC com seu entorno, destacando a importância dessa relação para o sucesso da gestão da ARIE, considerado aqui, como a proteção ambiental com benefícios a todos os atores envolvidos, dentro dos marcos legais.

- a presença da comunidade tradicional de pescadores no entorno da área impõe a consideração da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na discussão de projetos a serem desenvolvidos na UC;
- considerar a contribuição, junto ao Conselho Gestor da UC, a ser criado, de um agente capaz de propor e encaminhar projetos na interface entre turismo e proteção ambiental e cultural, visando o desenvolvimento de práticas de turismo sustentável ;
- envolver a EPAGRI, instituição importante na difusão de informações e apoio aos pescadores na busca de recursos financeiros para a pesca artesanal, além da articulação com o setor de maricultura presente na região;
- devem ser buscadas estratégias de atuação junto à comunidade para o esclarecimento de um maior número de pessoas em relação ao processo de construção do Plano de Manejo e para o estímulo a sua participação. Destaca-se que há redes sociais dentro da comunidade que possuem dinâmicas e meios de comunicação particulares, como, por exemplo, a comunidade evangélica e os pescadores;
- o planejamento de ações relativas à UC deve ser precedido de consultas à comunidade de pescadores e maricultores, buscando alternativas para compatibilização de interesses e comprometimento com os objetivos;
- as atividades artesanais já desenvolvidas ou com possibilidade de desenvolvimento, constituem um grande potencial de integração da comunidade à projetos envolvendo a ARIE, na medida em que acionam um capital social existente e permitem identificações, no entanto devem ser consideradas no contexto de seu modo de vida, de forma a ampliar o campo de possibilidades sem descaracterizar a forma de produção;
- a criação de um espaço cultural comunitário, de memória, socialização, realização de atividades e também de oferta de experiências locais ao visitante pode ser desenvolvida visando a articulação de objetivos culturais e econômicos;
- buscar a regulamentação do acesso da comunidade às praias localizadas dentro da UC;
- buscar a implantação de saneamento básico no bairro de Zimbros;
 - Promover o maior envolvimento da Capitania dos Portos e Secretaria de Agricultura e Pesca na identificação, discussão e gestão das questões relativas à pesca artesanal e maricultura na região.

Finalmente, ressalta-se que embora os novos arranjos possam propiciar às famílias de pescadores e maricultores perspectivas positivas, como formas alternativas de inserção social e fontes de renda, ao mesmo tempo, trazem em seu bojo elementos que podem vir a modificar profundamente as comunidades, descaracterizando-as. Assim, é importante que se estimule o desenvolvimento de atividades no contexto de seu modo de vida, privilegiando políticas voltadas à auto-sustentabilidade da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bombinhas possui uma trajetória de desenvolvimento vinculada à atividade pesqueira e que vem passando por transformações profundas a partir da expansão das atividades turísticas e da urbanização. A população cresceu 64%, desde 2000, apresentando uma concentração de 415 moradores por km², sendo que na última década a concentração urbana no município foi maior que a média da região.

A área mais comprometida pela expansão urbana é o bairro de Bombas, onde se concentra a maior parte da população residente. O bairro de Zimbros, mais distante da região onde se iniciou o processo de urbanização, é o terceiro mais populoso, caracterizado, no entanto, pela ocupação tradicional que se manteve na região.

Em relação à infraestrutura urbana, a questão do saneamento é preocupante, posto que a rede geral de esgoto atinge uma parcela muito pequena da população. Na falta de um sistema abrangente de coleta e destinação do esgoto, 95,7% das residências dependem de fossas, sépticas ou rudimentares, para esse fim.

Outra questão crítica é o sistema viário. As dificuldades de encaminhamento de alternativa à SC-412 para acesso ao município de Bombinhas tem acarretado sérios transtornos aos residentes e inconvenientes às atividades turísticas, sobretudo na temporada de verão, urgindo o encaminhamento de alternativas.

O município cresce também economicamente, e o principal responsável por isso é o setor de serviços, seguido pela pesca e maricultura. A produção na pesca artesanal também apresentou crescimento nos últimos anos, segundo a Secretaria de Pesca do município, no entanto, a perspectiva é que isso não se mantenha, em função da também crescente escassez de recursos. A produção de moluscos em Bombinhas tem se desenvolvido, apesar dos problemas de espaço e de organização do setor. A disputa de espaço com as atividades turísticas pode vir a ser um problema para essa atividade no futuro, se não for contemplada no planejamento da região.

O maior número de empresas e a maior parte dos postos de trabalho em Bombinhas está em micro e pequenas empresas do setor terciário. Em 2008, micro e pequenas empresas geravam, juntas, 75,5% dos empregos. Comércio e serviços, somados, representaram 87,2% das empresas instaladas no município, gerando 87% dos postos de trabalho.

O Turismo é a frente econômica que estimula o setor que mais cresce no município. O crescimento econômico, porém, não tem sido capaz de fazer frente às demandas, por exemplo, por infraestrutura básica, comprometendo recursos naturais que são o principal atrativo do município. O modelo de desenvolvimento presente em Bombinhas parece não ter superado ainda a herança do desenvolvimentismo que tem levado à exaustão dos recursos naturais e à descaracterização local.

O IDH de Bombinhas aumentou no período analisado, indicando bons níveis de educação, renda e longevidade. O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal que acompanha o desenvolvimento nas áreas de Emprego & Renda, Educação e Saúde também apresenta o mesmo desempenho. No entanto, a incidência de pobreza em Bombinhas atingia 36,6% da população em 2003. Pouco mais de 15% das famílias do município estão cadastradas para atendimento por Programas sociais do governo, sendo que mais de duzentas recorrem ao Bolsa Família, questão que merece especial atenção por parte do poder público local. O Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) aponta duas variáveis críticas no município: acesso ao trabalho e ao conhecimento.

Os dois bairros mais populosos, Bombas e Zé Amândio, abrigam também o maior número de famílias beneficiárias do Bolsa Família, no entanto, em Zimbros, que abriga uma Comunidades Tradicional, apesar de ter população semelhante à de Zé Amândio, encontramos apenas a metade de famílias cadastradas no Programa.

As comunidades tradicionais, no entanto, não desfrutam das condições necessárias a sua manutenção enquanto tal, já que não estão garantidas pelo crescimento da economia do município. Além do reconhecimento formal de seu modo de vida, não têm sido beneficiárias de políticas voltadas à manutenção do território, proteção do ambiente ou valorização da cultura, sendo necessária e urgente a reflexão sobre as formas adequadas de integração dessas populações ao desenvolvimento local.

Em Zimbros, uma vez que o bairro não conta com infraestrutura adequada para o turismo, as iniciativas de integração têm-se resumido à construção e aluguel de casas na temporada, além da prestação de serviços de limpeza e de caseiros para veranistas.

Para que a economia crescente promova o desenvolvimento do município, de forma geral, se faz necessária uma reavaliação de seus indicadores de eficiência usuais e dos custos sociais e ambientais que implica o mero crescimento econômico. O turismo, para atuar como vetor de desenvolvimento econômico e social, precisa assegurar o respeito ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e natural e considerar a participação da comunidade local na configuração do destino turístico, sob pena de promover a sua deterioração.

As atividades artesanais presentes em Bombinhas constituem um patrimônio cultural altamente compatível com atividades turísticas dentro de uma perspectiva sustentável. A Constituição de Santa Catarina (1989) já aponta que

"O Estado promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social, de divulgação, de valorização e preservação do patrimônio cultural e natural, respeitando as peculiaridades locais, coibindo a desagregação das comunidades envolvidas e assegurando o respeito ao meio ambiente e à cultura das localidades exploradas, estimulando sua auto-sustentabilidade." (Art. 192)

Nessa perspectiva, o turismo pode assumir, como coloca Veras (2007), "*uma relação de simbiose e protocooperação*" ao ser favorecido pela qualidade ambiental e social sustentada na produção artesanal, ao mesmo tempo em que cria e estimula um mercado consumidor dos pescados, dos artefatos e outras produções daí originadas.

Em relação à ARIE Costeira de Zimbros, como já foi apontado nas Recomendações ao Plano de Manejo, a presença da comunidade tradicional de pescadores no entorno da Área impõe a consideração da *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais* na discussão de projetos a serem desenvolvidos na UC. O Plano Diretor do Município não identifica a ocupação tradicional em Zimbros, no entanto, orienta um planejamento diferenciado para essas regiões, conforme podemos observar nos Capítulos VI, Art. 18

*"Entende-se por preservação das identidades coletivas o respeito e o reconhecimento da diversidade, do patrimônio histórico cultural e da **identificação dos espaços habitados pelas comunidades** na garantia da manutenção dos mais diversos grupos sociais no Município".*

E Seção III, Art. 31:

*"O Programa de Qualificação do Patrimônio Socioambiental envolverá ações e políticas que permitam:
I - identificar e classificar elementos de valor socioambiental, em especial: a) os engenhos e as atividades tradicionais; b) a pesca artesanal(...)"*

As convergências de interesses já apontadas nesse estudo podem ser potencializadas através de projetos que contemplem relações inovadoras entre a pesca artesanal, maricultura e outras atividades econômicas, beneficiando empreendimentos diversos, de iniciativa pública ou privada.

Outras produções artesanais tradicionais existentes na comunidade, ou com possibilidade de virem a ser retomadas, podem compor e ampliar cenários para a emergência de novos agentes econômicos e para a geração de renda complementar para as famílias, como a carpintaria naval, a cestaria, cerâmicas tradicionais e as rendas de bilros.

Estratégias como o processamento do pescado e aproveitamento dos resíduos da produção pesqueira e de cultivo para comercialização devem ser discutidas, como forma de agregar valor ao produto e, além disso, propiciar a redução da captura e dos rejeitos.

Cenários como esses podem criar oportunidades de negócios ou enobustecer projetos a serem desenvolvidos por empreendedores locais ou por aqueles que possuem propriedades no interior da ARIE, propiciando novos usos as suas áreas e retorno dos investimentos já feitos, contando para isso, inclusive, com o valor agregado pelas especificidades locais - ambientais, tradicionais e artesanais, exclusivas.

Para isso, no entanto, a conservação dos recursos naturais deve contemplar também o entorno da ARIE e, nesse sentido, a implementação de saneamento básico em seu entorno e de infraestrutura voltada ao turismo sustentável são medidas da maior importância.

Dadas as condições para a manutenção do modo de vida tradicional e o desenvolvimento de atividades turísticas compatíveis, a presença da comunidade passará a constituir, objetivamente, um valor agregado à UC, às propriedades em seu interior e ao município de Bombinhas.

Por outra perspectiva, mas em convergência, a implantação da UC constitui uma oportunidade ímpar de viabilizar essa manutenção, considerando um cenário global não favorável. O desafio para a gestão da Área é a construção de uma experiência em que tradicional e moderno possam ser contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISAS. **Critério de Classificação Econômica Brasil**. Instrumento de segmentação econômica. Disponível em: <<http://www.abep.org>>. Acesso em: 06 jun 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO ITAJAI. **Banco de dados e indicadores municipais**. Itajaí: AMFRI, 2006. 60 p.

BECKER, Bertha K. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995. 50 p. (Série Gerenciamento Costeiro v. 3)

BRASIL. Decreto de 13 de julho de 2006. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. **JusBrasil**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/95641/decreto-06>>. Acesso em: 08 dez. 2011.

BRASIL. Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Portal da Legislação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: 08 dez. 2011

BRASIL. Decreto n. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **JusBrasil**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/94949/decreto-6040-07>>. Acesso em: 08 dez. 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos**. Apresentação dos resultados CNEFE. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/>>. Acesso em: 25 out. 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Apresentação dos resultados do Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades@**. Banco de dados com informações municipais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 out. 2011.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Portal da Legislação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 08 dez. 2011

BRASIL. Ministério da Saúde. **SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica**. Apresentação de dados coletados pela Datasus. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito. **Frota de Veículos**. Informações sobre a frota de veículos nacional. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/frota.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa-Família**. Apresenta informações relacionadas ao Bolsa-Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 25 out. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Zoneamento ecológico-econômico costeiro do projeto gerenciamento costeiro integrado nos municípios da Península de Porto Belo e entorno, e da foz dos rios Camboriú e Itajaí – SC**. Itajaí: Ministério do Meio Ambiente, 2002. 161 p.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório da Diretoria Geral de Estatística, dirigido ao Ministro dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, por Jose Maria do Couto, diretor geral interino, em abril de 1873 [sobre 1872]**. Rio de Janeiro, 1873.

CONSELHO ULTRAMARINO. **Descrição da Ilha de Santa Catarina**. Brasil, Avulsos, Maço 523. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, N. 1, V. I, p. 43-45, nov./dez. 1902.

COSTA, Adriane Lobo. **Alguns aspectos sobre a pesca artesanal no Brasil**. International Collective in Support of Fishworkers (ICSF). CeDePesca, 2005. Disponível em: <http://www.icsf.net/cedepesca/presentaciones/lobocostas/lobocosta.doc>. Acesso em: 30 ago. 2011.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Apresenta dados em relação aos municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/IFDM/>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de Grossa Aventura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 399 p.

- HILLESHEIM, Christiane. **Turismo e paisagem**: a influência da atividade turística na paisagem natural do município de Bombinhas (SC) entre 1960 e 2005. 141 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2006.
- HUBENER, Laura. **O comércio da Cidade de Desterro no século XIX**. Florianópolis: UFSC, 1981. 120 p.
- LAGO, Paulo F. de Araújo. Contribuição geográfica ao estudo da pesca em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 1, Ano XXIII, p. 121-215, jan./mar. 1961.
- PRADO JUNIOR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977. 390 p.
- RIBEIRO, João A. Miranda. **Memórias sobre a Ilha de Santa Catarina**. Desterro, 1796. 162 p.
- SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Assembléia Legislativa, 1989. 117p.
- SANTA CATARINA. Secretária de Estado do Planejamento. **Dados estatísticos**. Resumo Sócio-Econômico por região de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/ind_desenv.php>. Acesso em: 25 out. 2011.
- SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural. **Levantamento Agropecuário de Santa Catarina**, Florianópolis, 2003.
- SANTUR. **Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2004, 2005 e 2006**. Florianópolis: SANTUR, 2006. 15 p.
- SANTUR. **Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2006, 2007 e 2008**. Florianópolis: SANTUR, 2008. 15 p.
- SANTUR. **Pesquisa mercadológica estudo da demanda – Município de Bombinhas: 2007, 2008 e 2009**. Florianópolis: SANTUR, 2009. 15 p.
- SEBRAE. **Santa Catarina em Números**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010. 129 p.
- SEBRAE. **Santa Catarina em Números: Bombinhas**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010. 119 p.
- SETOR creditício. **O Estado**, Florianópolis, p. 9, 22 dez. 1963.
- SILVA, Célia Maria e. **Ganchos/SC**: Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: EdUFSC, 1992. 197 p.
- VERAS, Daniela Vicente. **A sustentabilidade da produção artesanal nos municípios catarinenses da península de Porto Belo – SC**. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental) – Centro de Ciências Tecnológicas, da Terra e do Mar, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí/SC, 2007.
- Prefeitura Municipal de Bombinhas. Secretaria de Turismo. **Inventário turístico**. Bombinhas: autor, 2011.

ANEXOS